

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL

JULIANA GOMES DE FIGUEIREDO

**“HÁ HISTÓRIAS TÃO VERDADEIRAS QUE ÀS
VEZES PARECE QUE SÃO INVENTADAS”:
HISTÓRIAS DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ABRIGADOS**

VITÓRIA
2012

JULIANA GOMES DE FIGUEIREDO

**“HÁ HISTÓRIAS TÃO VERDADEIRAS QUE ÀS
VEZES PARECE QUE SÃO INVENTADAS”:
HISTÓRIAS DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ABRIGADOS**

Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau em Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Andrade Aragão.
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Lílian Rose Margotto.

VITÓRIA

2012

JULIANA GOMES DE FIGUEIREDO

**“HÁ HISTÓRIAS TÃO VERDADEIRAS QUE ÀS
VEZES PARECE QUE SÃO INVENTADAS”:
HISTÓRIAS DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ABRIGADOS**

Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau em Mestre em Psicologia Institucional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Elizabeth Maria Andrade Aragão
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Dulcinea Sarmiento Rosemberg
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Lilian Rose Margotto
Universidade Federal do Espírito Santo
Co-orientadora

*Aos meus avôs Dico e Chiquito (in memoriam), com
os quais muito aprendi e que deixam boas
lembranças e muitas saudades.*

À Secretaria de Assistência Social de Vitória (ES)

*A todas as crianças e adolescentes abrigados pelo
território brasileiro*

AGRADECIMENTOS

A difícil tarefa de colocar em algumas linhas agradecimentos que englobam tantas pessoas, tantos momentos, tantas conversas e tantos afetos diferentes! Sempre incorremos no risco de não mencionar alguém, por isso, é sempre bom lembrar que o agradecimento não se refere apenas aos dois anos de aprendizado do Mestrado, e sim a toda uma vida, repleta de pessoas que de alguma forma se fizeram presentes no texto!

À minha irmã, Marina, meu amor, minha referência. A pessoa que mais incentivou minha inserção no mestrado. Apesar de ser de outra área, sempre me ouviu, sugeriu, leu e participou da dissertação.

Aos meus pais, que cada um ao seu jeito, estiveram sempre por perto, nas dificuldades e nos bons momentos.

Ao Igor, pelo amor, paciência e lealdade. Um encontro que deixou minha vida mais alegre!

À Beth e a Lilian, pelo cuidado e carinho.

Ao grupo de orientação, uma força, uma alegria, um coletivo que foi se recriando a cada instante.

À Rô, pelo apoio e dedicação neste trabalho!

À Soninha, sempre com um sorriso, sempre com um ombro pra acolher cada um de nós no espaço do PPGPSI. Pela amizade, pela sinceridade, pela disponibilidade, sempre que foi convocada! Eternamente grata a você!

Aos colegas e professoras do PPGPSI, pela parceria, por não me deixarem só, pela construção feita no dia-a-dia, por compartilharem estes momentos!

À Ruth, pela amizade construída com muito respeito, à Paty pela “maluquice” e alegria que contagiam, à Carlinha pela ternura e leveza, à Débora, pela luta, elas que se fizeram presente neste percurso coletivo!

Dudu e Braun, irmãos por opção! Sempre dispostos a me ajudar, ouvir, aconselhar...obrigada pelo carinho!

Aos “Briteiros”, “Lobas”, “Rede Senac de Festas” e “Fobis”, minhas válvulas de escape nos momentos mais difíceis. Presenças constantes e importantes em minha vida!

Às equipes técnicas, educadoras sociais de todos os abrigos, em especial, os de Santo Antônio, que me acolheram, me ouviram, me respeitaram.

Às crianças e adolescentes abrigados, pela luta, pelos ensinamentos.

À FACITEC pela bolsa de estudos concedida.

A Legião Dos Esquecidos
(Gonzaguinha)

*Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata*

*São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Julios de Santana
Dessa crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução*

*São cruzes sem nomes
Sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata*

*E tantos são os homens
Por debaixo das manchetes
São braços esquecidos
Que fizeram os heróis
São forças, são suores
Que levantam as vedetes
Do teatro de revista
Que é o país de todos nós
São vozes que negaram
Liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
Ela é bem mais vida
São vidas que alimentam
Nosso fogo da esperança
O grito da batalha
- Quem espera nunca alcança!*

*Ê Ê quando o sol nascer
É que eu quero ver
Quem se lembrará
Ê Ê quando amanhecer
É que eu quero ver
Quem recordará
E eu não quero esquecer
Essa legião que se entregou
Por um novo dia*

*E eu quero é cantar
Essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria*

E vamos à luta!

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar as histórias de vida de crianças e adolescentes abrigadas em duas casas de acolhimento no município de Vitória-ES. Visualizamos a situação de abrigamento pelo ponto de vista dos sujeitos abrigados priorizando suas percepções sobre a própria condição de abrigamento, assim como de suas relações familiares e suas expectativas de futuro. Para auxiliar nossa pesquisa, resgatamos a história do abandono no Brasil desde a colonização até a atualidade, atravessada pela doutrina do higienismo e também pelo aparato médico-jurídico enquanto ferramenta de tutela de uma população específica. Percorremos ainda a história da legislação infanto-juvenil brasileira, desde a criação do primeiro Código de Menores até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Utilizamos a história oral como ferramenta metodológica para conhecer histórias de vida de crianças e adolescentes acolhidos a partir de seus relatos. Foram realizadas entrevistas nas quais buscamos ressaltar as questões mais relevantes percebidas nos encontros com crianças e adolescentes abrigados. A partir dos encontros depreendemos que práticas hegemônicas produzem subjetividades, construídas na lógica do capitalismo neoliberal, que culpabilizam e responsabilizam famílias consideradas incapazes de criar seus filhos, dentro de um modelo burguês instituído. Em geral, essas famílias consideradas incapazes são famílias pobres, classificadas como negligentes e descuidadas com seus filhos, o que pode ocasionar o abrigamento. Percebemos que discursos e práticas construídas nas casas de acolhimento, por vezes, aprisionam a criança e o adolescente abrigados em construções subjetivas que os rotulam, estigmatizam e os caracterizam como inseguros, o que justificaria a sua necessidade de tutela. Porém, também pudemos perceber, a partir dos relatos de crianças e adolescentes acolhidos, que apesar da fragilização dos seus vínculos familiares anteriores, o acolhimento não impediu a formação de outras redes afetivas e a resignificação de família, escola e até mesmo o próprio futuro, criando outros modos de subjetivação. Dessa forma, inferimos que o abrigo é atravessado por inúmeras forças, e que apesar da construção de subjetividades que despotencializam/vitimizam as crianças e adolescentes abrigados, há sempre espaços para invenção de outras formas de ser e de estar abrigado, formas que singularizam o sujeito.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Estatuto da Criança e do Adolescente. Casas de acolhimento. Abrigamento.

SUMÁRIO

1. PALAVRAS INICIAIS.....	11
2. O ABANDONO DE CRIANÇAS NO BRASIL.....	18
2.1. O HIGIENISMO.....	21
2.2. O APARATO MÉDICO-JURÍDICO COMO FERRAMENTA DE TUTELA.....	24
3. A LEGISLAÇÃO INFANTO-JUVENIL.....	27
4. CAMINHO METODOLÓGICO.....	37
4.1. RECURSOS METODOLÓGICOS.....	39
5. OS CAMINHOS FORAM SE DELINEANDO.....	43
5.1. CHEGANDO EM SANTO ANTÔNIO.....	44
5.2. CHEGANDO NOS ABRIGOS.....	46
5.3. VIVENCIANDO OS ABRIGOS.....	49
6. ENCONTRANDO AS MENINAS-CHEIAS-DE-HISTÓRIAS.....	58
6.1. A MENINA-MÃE.....	58
6.2. A MENINA-ARTISTA.....	69
6.3. A MENINA-IRMÃ.....	80
7. PALAVRAS FINAIS.....	89
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

1. PALAVRAS INICIAIS

Tem mais presença em mim o que me falta.
(Manoel de Barros)

Nossa inserção no Programa de Mestrado em Psicologia Institucional se concretizou após vivenciarmos uma experiência de trabalho em um abrigo, localizado no município de Cariacica, região da Grande Vitória¹, estado do Espírito Santo, para crianças e adolescentes. O abrigo, ou acolhimento institucional, tem por função acolher crianças e adolescentes considerados vítimas de maus-tratos, abuso sexual e negligência², é uma medida de proteção prescrita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, em vigência no Brasil desde 1990. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados (Art. 98):

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta.

Ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente estão definidas as situações a que as crianças e adolescentes não devem ser expostas:

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei

¹ Grande Vitória é a região metropolitana que engloba a capital Vitória e as cidades limítrofes Cariacica, Serra e Vila Velha.

² As situações genericamente denominadas de *negligência* (aos filhos) são extremamente complexas, pois envolvem grande sobreposição de problemas. De acordo com as entrevistas realizadas, os casos atendidos apresentam quadros ligados a diversos tipos de privações, além da falta de recursos materiais, causando instabilidade e disfuncionabilidade na família. Entre os casos mais citados, estão: quadros de violência, agravados pelo consumo de álcool e narcóticos; famílias com adultos e/ou crianças com deficiências, com comprometimentos na esfera mental ou neurológica; presença de enfermidades crônicas, prisão, desaparecimento ou morte de um dos cônjuges. (RIZZINI, 2006, p. 45)

qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Nossa atuação como psicóloga no citado abrigo aconteceu no momento em que esse passava por muitas mudanças, dentre as quais a separação entre crianças e adolescentes. Por ser o único abrigo estabelecido no município de Cariacica, recebia crianças e adolescentes, sem distinção de sexo ou idade. Os outros três municípios da Grande Vitória: Serra, Vitória e Vila Velha já cumpriam as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECRID³ - e, portanto, já separavam as crianças dos adolescentes.

Naquele momento, havia quarenta crianças e adolescentes acolhidos⁴ entre meninos e meninas. A equipe de trabalho formada por dois coordenadores, dois assistentes sociais, dois psicólogos, educadores sociais, auxiliares técnicos e de limpeza, passava dos trinta membros. Dessa forma, havia um número de mais ou menos setenta pessoas no interior da casa durante o dia.

Era evidente que a estrutura da casa não suportava o número de abrigados. As condições físicas eram precárias, com camas insuficientes, janelas quebradas, infestação de insetos e ratos, calor, frio e chuva. As portas e o portão principal sempre ficavam trancados, visto que as fugas eram iminentes e essas fugas colocavam em análise o funcionamento do abrigo. A pergunta “Por que fugiram?” era feita constantemente. Ao serem reencontradas, as crianças

³ No Espírito Santo, é comum utilizar a sigla ECRID para se referir ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A sigla ECA não é bem aceita pela população, visto que a palavra “eca” se refere a alguma coisa de cunho asqueroso, desprezível.

⁴ Utilizaremos os termos abrigamento, acolhimento e acolhimento institucional para nos referirmos às crianças e adolescentes sob a medida protetiva de acolhimento institucional.

tinham inúmeras explicações: saudades de casa, da família, da rua, ou problemas de convivência no abrigo.

Um fato que despertava atenção era que muitos dos abrigados estavam lá há mais de dez anos, o que destoava do recomendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente⁵. Haviam chegado quando crianças e permaneciam ali sem saber exatamente o que aconteceria ao completarem os 18 anos, que é a idade máxima prevista pelo ECRID para permanência no abrigo. Alguns, não recebiam visitas de familiares há anos, outros já não se lembravam se tinham mãe ou outros familiares vivos. Eram crianças e adolescentes “desfamiliarizados” e, muitas vezes, devido à idade avançada, com poucas ou nulas chances de adoção.

O abrigo era tido, portanto, como a única forma de habitar, sobreviver, existir para aquelas crianças e adolescentes. Esse distanciamento dos familiares gerava algumas dúvidas sobre como essa ausência era sentida pelas crianças e adolescentes, suas possíveis conseqüências e se existiria um estranhamento caso estes fossem reintegrados às suas famílias.

A vivência no abrigo se deu em um curto período de tempo cronológico, mas a intensidade vivida naquele espaço foi suficiente para gerar inúmeras inquietações, questionamentos e aprendizado. O trabalho nos instigou a entender um pouco mais da experiência de inúmeras famílias que transitam por

⁵ Art. 101, § 1º - O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

estabelecimentos e equipamentos sociais que muitos desconhecem, em constante contato com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e diversas audiências com Juizado da Infância e Juventude. Famílias essas que aprendem a lidar com um Estado judicializado que está disposto a penalizá-las sempre que considerar necessário.

[...] sob o fantasma da prevenção, o controle judiciário se dá através de aparelhos de vigilância e correção, estabelecendo-se um jogo perverso, onde o judiciário diz “apenas” aplicar a lei e os equipamentos sociais afirmam “apenas” executá-la. Sob o argumento da correção, a prática de ambos é totalmente conexas e cúmplice, mas, por serem domínios administrativamente independentes, ambas, em nome do cumprimento da lei, justificam a falta de respeito, a submissão e a total desqualificação com que tratam sua clientela. A cisão das formas com que os diferentes grupos sociais são tratados pelos aparelhos públicos é bastante coerente com uma sociedade de classes. As diferenças entre classes sociais tornam-se nítidas quando observamos não só os locais que as pessoas freqüentam, mas também as formas diferenciadas com que são tratadas. No sistema capitalista, o Ser Humano representa capital e cada um tem um valor, que há de ser demarcado em todas as esferas do social (SCHEINVAR, 2002, p. 95)

O abrigo, ou acolhimento institucional, como se tem preferido chamá-lo, deve ser a última medida protetiva a ser efetivada, sendo importante primeiro esgotar as tentativas de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Deve-se observar que as ações de abrigo, geralmente, aparecem relacionadas à situação de pobreza na medida em que inúmeras famílias não se enquadram nos padrões hegemônicos de relações familiares, e assim, são tidas como incompetentes para conduzirem a educação de seus filhos. Sobre essa questão, Rizzini (2006) explicita:

“O problema não é, em geral, entendido como violação de direitos por parte do Estado, mas sim da própria família. Consequentemente, tanto a família quanto a criança são punidas. A criança é retirada de casa e a família percebida (inclusive por ela mesma) como incapaz” (pg. 20).

Para Nascimento e Scheinvar (2010) é importante lembrar que a maioria das denúncias de violação de direitos registradas em Conselho Tutelar⁶, por exemplo, são geradas por ocorrências em famílias pobres, o que não quer dizer que famílias mais abastadas não cometam violações, mas sim que estas podem usufruir de serviços especializados no âmbito privado para solução de seus conflitos. O serviço público, apesar de gratuito e de livre acesso a todos, não tem a preferência de classes mais privilegiadas, seja pela questão da privacidade, seja pela qualidade desse serviço.

Nesse sentido, o presente trabalho pretendeu apropriar-se de questões que permeiam a história de crianças e de adolescentes em situação de abrigo. Nesse percurso, buscamos dar visibilidade às chamadas medidas protetivas e seus efeitos para os próprios sujeitos abrigados. Priorizamos não fazer afirmações definitivas sobre o abrigo sem antes auscultar aqueles que o vivenciam cotidianamente.

Objetivamos, então, com a pesquisa conhecer a história de vida de crianças e adolescentes que estavam abrigados no ano de 2011 em duas casas de acolhimento no município de Vitória, a partir da narrativa dos mesmos. Buscamos captar elementos que pudessem contribuir para a compreensão de suas formas de vida, seus modos de ser e estar no mundo. Junto a essa disposição, ouvimos suas histórias priorizando suas percepções sobre a

⁶ Art. 131 - ECRID O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

própria condição de abrigo, assim como de suas famílias e suas expectativas de futuro.

Para um melhor entendimento do nosso trabalho, apresentamos no primeiro capítulo o despertar do interesse sobre a temática proposta a ser pesquisada, esclarecendo brevemente sobre a ferramenta metodológica e objetivo da pesquisa.

O segundo capítulo faz um resgate da história do abandono no Brasil desde a colonização até a atualidade, atravessada pela doutrina do higienismo e também pelo aparato médico-jurídico enquanto ferramenta de tutela de uma população específica.

O terceiro capítulo trata da história da legislação infanto-juvenil brasileira, desde a criação do primeiro Código de Menores até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No quarto capítulo tratamos do caminho metodológico percorrido, utilizando a história oral como ferramenta para conhecer histórias de vida de crianças e adolescentes acolhidos a partir de seus relatos.

O quinto capítulo descreve como se deu nossa inserção nas casas de acolhida onde a pesquisa foi realizada, bem como os entraves vivenciados nos encontros com crianças e adolescentes que estivemos em contato.

O sexto capítulo é composto pelas histórias contadas pelas crianças e adolescentes abrigados. Daremos visibilidade aos relatos desses sujeitos sobre aspectos cotidianos, a condição de abrigamento, relações familiares e expectativas sobre o futuro, levando em conta seus processos de singularização, pois as histórias se resignificam, criando outros modos de subjetivação.

O sétimo e último capítulo destaca considerações finais sobre o tema a que nos propusemos pesquisar, ressaltando as questões mais relevantes percebidas nos encontros com os sujeitos pesquisados.

2. O ABANDONO DE CRIANÇAS NO BRASIL

*“Problema Social”
(Guará/Fernandinho)
Se eu pudesse, eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
E trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendi as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que eu não conhecia a famosa funabem
Onde foi minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social*

A partir de nossa vivência no abrigo em Cariacica, consideramos importante refletir sobre o abandono no Brasil e sobre algumas questões que permeiam esse tema, principalmente, sobre as políticas adotadas para sua solução. Buscaremos, então, discorrer sobre o assunto contextualizando-o de forma histórica, mas não linear, visto que está envolto por discontinuidades e atravessamentos.

A história do Brasil, desde a época da colonização, foi marcada pelo envolvimento de entidades religiosas nas práticas de proteção à infância e juventude. A caridade em relação aos enjeitados era uma atitude cristã bem recebida pela comunidade civil e religiosa, já que favorecia a difusão da fé. A cultura jurídica daquela época não tinha uma definição clara sobre até qual idade os chamados enjeitados deveriam ser assistidos legalmente, e não havia punições para os pais e as mães que praticassem o abandono de seus filhos.

Reconhecemos o sincero e valioso empenho de personagens – ilustres ou incógnitos – que dedicaram suas vidas à causa da infância. Contudo, a história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada) é, em síntese, a história das fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes – pobres/servis e privilegiadas/dirigentes. Instrumentos-chave dessas fórmulas, em que pesem as (boas) intenções filantrópicas, sempre foram o recolhimento/isolamento em instituições fechadas, e a educação/reeducação pelo e para o trabalho, com vistas à exploração da mão-de-obra desqualificada, porém gratuita (RIZZINI, PILOTTI, 2009, p. 16)

De acordo com Rizzini e Pilotti (2009), os filhos nascidos fora do casamento não eram aceitos dentro da concepção cristã hegemônica, e por isso, o abandono era freqüente. Outro motivo a propiciar o abandono era a pobreza: famílias deixavam suas crianças em Igrejas ou casas na perspectiva de um futuro melhor para elas. Nesse contexto, a Santa Casa de Misericórdia implantou no Brasil a Roda dos Expostos ou Casa dos Expostos, sistema já existente na Europa, desde a época medieval. Esse sistema, composto por um cilindro giratório de madeira disposto na parede externa de um estabelecimento, geralmente hospitais e casas de caridade, permitia o acolhimento das crianças sem que houvesse a identificação de quem as estavam deixando. Estas crianças eram chamadas de enjeitadas ou expostas.

O uso da palavra “abandonado”, segundo Venâncio (1999), surgiu no século XIX, porém, assim como nas leis mais antigas, sua terminologia tinha o uso voltado para tratar de crianças “infratoras”, “delinquentes” e não exatamente para nomear as crianças expostas ou enjeitadas. É preciso ainda esclarecer duas formas distintas de se abandonar um filho: expor e enjeitar.

Na verdade, os termos “expor” ou “enjeitar” encobriam realidades distintas. Toda mulher, que no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem

hospitais, conventos e domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estavam tentando protegê-lo. No primeiro caso, os bebês quase sempre eram encontrados mortos de fome, sede, frio ou então em virtude de ferimentos provocados por cães e porcos que perambulavam pelo passeio público. No segundo caso, a intenção era claramente salvar a criança (VENÂNCIO, 1999, p. 23).

O governo alegava falta de recursos financeiros para realizar a manutenção de instituições assistencialistas, tendo uma participação pequena ou quase nula no que se refere a financiar estes custos. Segundo Marcilio (1997), as instituições particulares e religiosas tomavam a iniciativa de recolher os abandonados e o Estado participava de forma insignificante. A roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em nosso país desde o período Colonial até à República, sendo totalmente abolida muito recentemente, no século XX.

Outra forma de acolhimento das crianças abandonadas era feito por famílias que as recolhiam, passando a ser os seus pais substitutos, em uma espécie de adoção. Muitos casos eram levados ao Judiciário para serem legalizados de fato. A adoção não era um processo simples, pois além da necessidade de comprovação da orfandade das crianças abandonadas, era preciso avaliar se as famílias tinham condições de permanecer com a criança requerida (Marcilio, 1997). Critérios como trabalho, condições financeiras e enquadramento em uma normalidade eram colocados em questão.

A adoção, assim como as doações, era praticada pelas famílias quase sempre com o intuito da caridade, o que teria um reconhecimento divino. Também se objetivava com isto usufruir de mão de obra gratuita. Em comparação com a

escravidão, esta mão de obra se revelava favorável às famílias em função de um custo menor e também da fidelidade dos “resgatados”, que deveriam oferecer, em troca, uma gratidão eterna.

2.1. O HIGIENISMO

Com o crescimento considerável da população no século XIX, causado principalmente pela chegada de imigrantes e pela migração do campo para a área urbana, surgiu uma preocupação com o desordenamento das cidades. Uma categoria formada por higienistas, em sua maioria médicos, apreensivos com o alto índice de mortalidade infantil, apresentou propostas de intervenção desde os espaços públicos até os espaços privados e institucionalizados, principalmente aqueles responsáveis pelo acolhimento de crianças.

O questionamento dos hábitos familiares, na intenção de se fazer um “saneamento” se embasava em modelos pré-estabelecidos e hegemônicos, nos quais aqueles que não se enquadrassem, eram considerados desviantes:

A primeira destas intervenções deu-se através da medicina doméstica. Esta medicina, no interior da burguesia, estimulava a política populacionista, reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças. A segunda, dirigiu-se às famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a medicina concertaram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. Essas intervenções demográficas junto aos ricos e demográfico-policiais sobre os pobres permitiam a proliferação e a liberação de uma mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho. A ação médico-filantrópico-assistencial conduzia a vida privada sem desrespeitar o pacto social (COSTA, 1979, p. 51)

Desta forma, os pais que supostamente não tinham capacidade de cuidar de seus filhos, de acordo com os critérios estabelecidos pela medicina higienista, ficavam sujeitos à intervenção médica. Intervenção esta que tinha como objetivo definir normas de boa conduta para que as famílias se encaixassem na sociedade, evitando assim que seus filhos se tornassem sujeitos ociosos, anormais, loucos ou marginais.

A partir de então, todos aqueles que não se encontrassem dentro das normas prescritas pela sociedade capitalista baseada na relação de produtividade, eram considerados sujeitos perigosos para os demais. O movimento higienista tinha como finalidade criar sujeitos dóceis ou docilizados, incapazes de questionar sua condição e seu lugar no mundo:

O interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica. Produto de hábitos, este indivíduo não saberia nem quando, nem como, nem por que começou a sentir e a reagir da maneira que sentia ou reagia. Tudo em seu comportamento deveria parecer à sua consciência como normal, conforme a lei das coisas ou a lei dos homens (COSTA, 1979, p. 175)

Somado a isso, o fim da escravidão em 1888 causou grandes mudanças na sociedade, principalmente do ponto de vista econômico e social. As grandes indústrias daquele período não foram suficientes para abarcar toda a população trabalhista ativa, o que gerou uma proporção maior de oferta de mão de obra do que sua demanda, causando assim, o desemprego. Muitas vezes, as crianças abandonadas também eram utilizadas em regime escravo, devido a uma cultura arraigada que percebia a escravidão como algo natural.

O medo permanentemente sentido pela sociedade era de que os enjeitados pudessem se tornar vadios. Segundo Venâncio (1999), o ócio não permitido

aos enjeitados impunha a opção de enviá-los a instituições de cunho religioso ou a casas de família como trabalhadores domésticos. Os enjeitados, por virem de uma situação já prejudicada, cederiam mais facilmente ao trabalho. Porém, nem toda criança aceitava de forma passiva o fato de ter que trabalhar para outras famílias, ou como seminaristas ou artesãos, o que causava fuga e abandono do lar ou da instituição. Em situação de abandono o adolescente então podia ser transformado em escravo, mesmo contra as leis vigentes já que a fiscalização não conseguia combater o escravismo no país, ou então, permanecia nas ruas, produzindo novas gerações de abandonados.

A alteração de papéis no que se refere à assistência aos pobres aconteceu nos séculos XVIII e XIX. A Igreja deixou de ser o principal administrador nesta área, para dar lugar ao Estado, que estabeleceu alianças com instituições particulares ou instituições não-governamentais, fato bem comum em nosso país. A caridade deu lugar à filantropia. A caridade, no século XVIII, era uma forma de compaixão das camadas sociais mais abastadas em relação às camadas tidas como desprivilegiadas, uma maneira de se perceber a desigualdade social e atuar com benevolência para com os pobres para, assim, receber em troca o amor de Deus. A filantropia, não muito diferente, trazia a idéia de “amor à humanidade”. O diferencial é que nela não se tem benevolência em troca do amor de Deus, e sim a busca pela felicidade. Essa busca seria alcançada na medida em que a bondade seria supostamente inerente ao homem. (Rizzini, 2008). Por outro lado, vimos assistir no final do sec. XIX uma aproximação da idéia de filantropia e caridade por motivos estritamente sociais, e mais fundamentalmente de preservação da ordem social.

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico, que tratava um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos considerados, científicos, por esperar resultados concretos, e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção do desvio e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p. 22)

2.2. O APARATO MÉDICO-JURÍDICO COMO FERRAMENTA DE TUTELA

A partir da década de 1920 a Assistência Pública encontrou no aparato médico-jurídico força para criar suas próprias instituições assistenciais e trouxe para o Estado a responsabilidade de implantar políticas públicas que objetivassem tratar das situações de abandono infantil. Surgiu, então, um público tutelado pelo Estado. A preocupação com os jovens de classes sociais mais baixas promoveu a internação destes em instituições diferentes dependendo do seu grau de periculosidade.

O destino desse público seria definido com base em todo um aparato de saber constituído pelas áreas jurídica, médica e psicológica, dentre outras. Adolescentes considerados delinquentes seriam colocados sob a guarda da segurança, inseridos no modelo de internação, que se propunha a uma suposta ressocialização. Crianças consideradas de menor periculosidade, também seriam internadas em instituições asilares, como o abrigo, uma espécie de proteção em relação às suas famílias. Nos dois casos, o público alvo era a família pobre, que desqualificada pelos discursos higienistas e demais

especialistas, passou a ser classificada como perigosa tanto do ponto de vista genético quanto moral.

Dessa forma, a infância em perigo perdeu seu lugar e surgiu a noção de infância perigosa, que vinculava pobreza à marginalidade, à criminalidade e periculosidade e, em consequência, a concepção de que esta deveria ser combatida.

O discurso da repressão está sempre presente no terrorismo com que são referidos os jovens de maneira geral, sobretudo os pobres, e na prática institucional violenta e exploradora, justificada pela necessidade de **sua** correção. O crime sempre aparece como componente da vida dos pobres e, sob este argumento, as leis se pautam no discurso da “prevenção”, colocando-se como uma forma de ampará-los (apoiando-se nas receitas higienistas que são disseminadas com enorme penetração) e fazendo de suas vidas um potencial de crime. As leis, as normas não visam apenas punir os acontecimentos definidos como irregulares, mas também conter as possibilidades de que eles ocorram (SCHEINVAR, 2002, p. 91)

O que temos dentro desse discurso é a criação de equipamentos sociais para atender a população desprivilegiada de forma geral: os excluídos do trabalho formal, da escola, do modelo familiar nuclear, do lazer, da saúde, dos direitos básicos em geral. Percebe-se que o Estado passou a ter em suas mãos as ações de cunho social e filantrópico ao criar programas de inclusão desse público excluído com o objetivo de reintegrá-los socialmente. Neste paradoxo, em que se apontam programas de inclusão como solução de enfrentamento da exclusão social, pode-se ter a idéia de que esta é apenas uma crise temporária e passageira, possível de ser suprimida.

No entanto, esses equipamentos sociais e os programas de inclusão repetem práticas no decorrer de décadas que promovem a dependência do público

assistido, de forma que os mantém sob controle e vigilância. Temos, portanto, um público altamente tutelado.

Veio um século no qual muitas crianças e jovens experimentaram crueldade inimagináveis. Crueldades geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais. A dureza da vida levou os pais a abandonarem cada vez mais os filhos e com isso surgiu uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos, para elevá-las às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específica (PASSETTI, 2000, p. 347)

A história desses estabelecimentos, também chamados de equipamentos sociais, é assinalada por descaso e abandono, assim como a história daqueles para quem foram criados no sentido de proteger ou recuperar. São instituições caracterizadas pelo confinamento, em que o coletivo se impõe sobre as vontades individuais. Na realidade, as vontades são quase que anuladas em nome de uma ordem de tempo e espaço:

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso (PASSETTI, 2000, p. 356)

3. A LEGISLAÇÃO INFANTO-JUVENIL

A partir da contextualização do abandono no Brasil, percebe-se que essa questão não pode ser dissociada da questão judicial, que será o aparato primordial para tratar este fato. Assim, faz-se necessário um resgate da constituição das leis relacionadas à infância e juventude e seus efeitos até os dias de hoje.

É fato a influência dos saberes médico e jurídico sobre as discussões da infância e da juventude desde o século XIX. No contexto de um Brasil em fase de muitas transformações de ordem social, política e econômica e de crescimento populacional na área urbana o saber médico se apropriou de seus conhecimentos para apontar hábitos que deveriam ser difundidos em nome da Saúde.

Uma das principais preocupações dos higienistas era a família, visto que a partir dela, a sociedade como um todo seria alcançada. Para melhorar as taxas de mortalidade infantil e a diminuição das epidemias, a família deveria apreender práticas que se tornariam regras. Nesse novo modelo higiênico, surgiram novas concepções de mulher, criança e família que foram estabelecidas como padrão na sociedade.

Arraigado nas idéias da época, o Código de 1927, ou o Código de Menores como também é conhecido, surgiu como a primeira lei específica para infância e adolescência, e utilizava do termo “menor” para nomear aqueles

pertencentes às classes pobres. A partir da contribuição da Medicina, o aparato jurídico criou sua base de forma direcionada e preconceituosa:

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrizes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder⁷ pode ser suspenso ou perdido por faltas dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que velarão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é, ainda que parcialmente, valorizada. (FALEIROS, 2009, p. 47)

O 1º Código com leis referentes a crianças e adolescentes nasceu com duas realidades bastante distintas ao estabelecer conceitos diferentes para nomear indivíduos da mesma idade: crianças e menores. Crianças estavam relacionadas a uma família nuclear, estruturada e com vínculo escolar, em geral, e não demandava atenção do Estado. Menores eram crianças de origem pobre, pertencentes a famílias desestruturadas e não nucleares e sem vínculo escolar, passíveis de ociosidade, o que fatalmente as tornaria adultos criminosos e perigosos. Essa parcela da população, ao contrário da anterior, deveria ser assistida pelo Estado.

A impressão que se tem é que através da lei em questão procurou-se cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a adolescência. Parece-nos que o legislador, ao propor a regulamentação de medidas “protectivas” e também assistenciais, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que o impulsionava era “resolver” o problema dos menores, através de mecanismos de “tutela”, “guarda”, “vigilância”, “educação”, “preservação” e “reforma”. (RIZZINI, 2009, p. 133).

⁷ Pátrio poder, hoje poder familiar.

De acordo com Scheinvar (2002, p. 93), com a instituição deste Código, introduziu-se uma política baseada em um discurso preventivo e não mais punitivo a partir do trinômio assistência-prevenção-proteção. A prática punitiva, com fins corretivos, tornou-se também de cunho preventivo.

O fato de a prevenção ser abordada nas leis nos permite validar a idéia de que existe um pressuposto de que o indivíduo nasça com características boas e ruins. No entanto, é evidente que a prevenção acontece no nível da população que se encontra fora dos padrões hegemônicos pré-estabelecidos pela sociedade.

A união dos conhecimentos médico e jurídico criou uma população que deveria ser assistida pelo Estado, visto que suas famílias não teriam competência suficiente para cuidar de seus filhos. Para resolver a situação das crianças delinqüentes o Estado adotou a prática da internação infanto-juvenil, prática essa que se tornou muito comum.

Em 1941, surgiu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que, apesar de ter a palavra assistência em seu título, é um serviço que se relacionava muito mais com questões de ordem social, pois seu objetivo principal era vigiar e controlar as crianças que precisavam se ajustar socialmente. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2005).

O Código de 27 deixou claro uma dicotomia entre crianças e menores. Essa diferenciação entre classes permaneceu até o século XX, mesmo com a criação de novas leis. Em 1979, um novo Código de Menores substituiu o de 27, e ficou conhecido pela forma como os menores eram punidos por estarem em situação irregular.

(...) dentre outras, a incompetência da família pobre, expressa na falta ou carência de recursos financeiros para a manutenção de seus filhos, entendida pelos formuladores da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), então em vigor, como condição particular de grande parte da população brasileira. Ou seja, como problema meramente individual e não caberia ao Estado responsabilidade sobre o quadro social. A ele, cabia, apenas, a tutela dessas crianças e jovens pobres, à medida que deles as famílias apresentavam-se, segundo o modelo proposto no Código, como incompetentes e desestruturadas para tal função social. (COIMBRA e AYRES, 2009, p. 62).

Apesar de vir como uma proposta de mudança, o Código de 79 mantém a condição da população pobre de necessitar atenção diferenciada do Estado, na medida em que trata estes como em “situação irregular”. Termo este que nos parece ser apontado como problema para aqueles que se encontram na camada mais pobre da população. A solução encontrada foi afastar cada vez mais as crianças e adolescentes de seus pais, inabilitados para seu cuidado. Para fortalecer o entendimento dos pais sobre a importância do afastamento de seus filhos, todo um aparato de especialismos foi montado: Psiquiatria, Psicologia, Pedagogia, Judiciário, Serviço Social, entre outros. Estes conhecimentos juntos legitimavam a ilusão de uma ausência de conhecimento específico por parte dessas famílias, o que tornava compreensível a internação de um filho em uma instituição de abrigo, por exemplo.

Em 1964, cria-se a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em uma tentativa de substituição do antigo e obsoleto SAM. As duas instituições foram criadas em períodos ditatoriais, ou seja, épocas em que a violência era praticada de forma institucionalizada, formalmente pelo próprio Estado. Além disso, estas têm em comum a finalidade inicial que é a reeducação e/ou ressocialização, inseridos na idéia de prevenção. Todavia, essas instituições ficaram conhecidas por suas formas agressivas de lidar com o jovem e pelos poucos ou quase nulos resultados positivos no que diz respeito à melhoria de vida destes sujeitos. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2005)

O cenário repressivo recrudescer nos anos ditatoriais, e o abuso, a tortura, os maus-tratos, que eram uma reclamação em relação ao SAM, se disseminam por todo o território nacional, sendo uma marca histórica da FUNABEM. Em 1969, nesse contexto repressivo, a idade penal será rebaixada para os 16 anos, adotando-se o critério do discernimento para aplicar as penas aos infratores entre os 16 e 18 anos. A revisão do Código de 1927 e 1979 se dá em um ambiente autoritário mesclado com discursos que demandavam ao Estado desenvolver uma política menos punitiva para os pobres. (SCHEINVAR, 2002, p. 102)

Na década de 80, com o fim da ditadura militar, os debates sobre uma nova legislação infanto-juvenil ganharam força. Esse período é marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que traz a questão dos direitos humanos como princípio básico; também a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989. Esses três aparatos jurídicos constituem uma base teórica em que se pretende garantir a defesa dos direitos da população jovem. Sob esse vértice, emerge em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA (Lei Federal 8.069). A priori, o ECA aponta para a ruptura com o modelo assistencialista anterior, marcado pela dicotomização de classes em que uma é

tratada sob a ideia de prevenção, enquanto a outra classe se encontra enquadrada nos padrões hegemônicos. O ECRID tem como pilar a doutrina da proteção integral, destinada à quaisquer sujeitos entre 0 e 18 anos, que tenham seus direitos violados.

Como mudança notória, o ECRID substitui o código anterior e se propôs a tratar a categoria que engloba crianças e adolescentes não mais a partir do seu nível de periculosidade, mas sim a partir da garantia dos direitos humanos, através da proteção. A princípio, a pobreza deixaria de ser causa do afastamento entre pais e filhos. É uma tentativa de mudança no paradigma infância-pobreza-criminalidade-periculosidade. Com a descriminalização da pobreza como causa da desestruturação das famílias, a violência doméstica se torna o grande vilão a ser combatido. Casos de agressão entre pais e filhos ou agressão de adolescentes a outras pessoas passaram a ser noticiados quase que diariamente na mídia.

Percebemos, entretanto, que permanece uma diferenciação de abordagem no que se refere às classes sociais. Nos casos de famílias pobres, imediatamente esses se tornam “casos de polícia”, em que os autores das infrações devem ser punidos para não causar mais transtornos à sociedade. Todavia, quando envolve indivíduos de classes mais abastadas, vemos pais discursar que foi apenas uma “brincadeira de criança”. Em casos mais graves, faz-se uso da Psiquiatria e Psicologia para avaliarem estes sujeitos como “fora da normalidade” e por isso, dispensáveis de punição. O que podemos analisar nos discursos, seja de especialistas, seja da população em geral, é que ainda há

uma distinção no tratamento das mesmas infrações de pessoas de classes opostas.

Atualmente, existem novos atores e leis encarregadas de zelar pela proteção da criança e do adolescente. Porém, a condição de pobreza associada à periculosidade continua a embasar as decisões no espaço jurídico, intimidando e naturalizando as práticas de atenção à infância, considerando desviantes arranjos familiares não hegemônicos, transformando relações sociais em problemas individuais ao retirar a condição histórica das questões sociais. (MARQUES et al., 2002, p. 163)

Para Coimbra e Nascimento (2005), apesar de o ECRAD trazer um avanço na política de proteção de crianças e jovens brasileiros, persiste ainda a idéia inerente ao liberalismo de “padronizar” a juventude, tendo como modelo a juventude burguesa. Ou seja, de certa forma, ainda há discriminação com relação àqueles que não pertencem à mesma classe social, econômica e cultura da classe média e alta. O ECRAD traz ainda uma série de agravamento das medidas sócioeducativas, ou seja, aquelas medidas destinadas a adolescentes em conflito com a lei, que podem cumprir pena em liberdade assistida, ou mesmo internados em instituições que se assemelham a presídios. Isso nos faz pensar que apesar de novas propostas, nossa legislação ainda trata crianças e adolescentes como criminosos em potencial. Dessa forma, o Estado ainda se escusa de suas responsabilidades:

Todas essas infâncias sem direitos reconhecidos; violadas pela miséria e pela falta de políticas públicas; abrigadas em verdadeiros depósitos de corpos indiferenciados; jogadas precocemente em perverso e escravizante processo de sobrevivência; freqüentadoras de escolas despreparadas e ineficientes, com currículos distantes e, mesmo, desqualificadores de suas vidas, com professores pouco preparados e também desautorizados e inferiorizados; rotuladas como infratoras e tratadas como criminosas; trancafiadas em estabelecimentos socioeducativos e submetidas a tratamentos cruéis, humilhantes e degradantes; todas elas estão presentes e desfilam cotidianamente diante de nossos olhos. (COIMBRA e AYRES, 2009, p. 67)

De acordo com Bulcão (2002, p 69), a discussão se alternará em dois focos: a defesa da criança, protegida pelo Estado e a defesa da sociedade contra essa criança. Ou seja, a criança abandonada e desassistida; e a criança infratora que deverá sofrer a punição referente ao ato infracional cometido. No entanto, em ambos os casos o que vemos é a guarda desta população nas mãos do Estado. Efetivamente, para evitar que as crianças desamparadas se rebelassem para o mundo do crime, criam-se abrigos em que vão ser inseridas as crianças não só abandonadas, mas também aquelas que sofrem maus tratos, abuso sexual, entre outros, cometidos em geral por pessoas de suas famílias. Também é muito comum a criação de projetos sociais com oficinas terapêuticas e escolas em tempo integral, que vão se constituir em instituições que ocupem o tempo ocioso da população jovem principalmente. Essas formas são produzidas para evitar que uma específica classe caia na marginalidade e traga transtornos à sociedade.

Em relação aos adolescentes que perderam o direito de permanecer em liberdade, devido a uma naturalização de que esses não possuem recuperação, defende-se a punição, que pode se dar através da internação, assemelhando-se aos presídios destinados aos adultos. Perguntamo-nos então quando o ECRIDAD menciona medida protetiva, a quem essa medida se destina? Será que à proteção da população infanto-juvenil ou à proteção da sociedade em relação a esta população infanto-juvenil?

Os primeiros Códigos revelavam desde o início uma divisão de classes em que uma não necessitava de intervenção do Estado, em detrimento de outra, que

revela falta de competência da família para o cuidado de seus filhos. O termo menor criado ainda na década de 20, reflete bem a diferença de tratamento oferecida não só pelo Estado, mas pela sociedade como um todo, a partir de publicações, de discursos da mídia, que vão se naturalizando no senso comum, e alcançando os próprios técnicos especialistas como psicólogos, juristas, assistentes sociais, que se encontravam totalmente inseridos nestas práticas discriminatórias.

A legislação muda, mas a prática punitiva se mantém. Apesar de o ECRID surgir como uma proposta inovadora, tratando crianças e adolescentes como sujeitos de direito, a realidade da política pública de Assistência a Criança e ao Adolescente no Brasil ainda é bastante distinta da recomendada pelo Estatuto. A legislação aponta para um horizonte ainda não alcançado, um sistema integrado entre política social, política de proteção e política sócioeducativa, com apoio da comunidade e de recursos públicos.

Porém, é necessário enfatizar que o ECRID é reconhecidamente vanguardista no mundo em suas propostas e a sua importância não deve ser diminuída. A Constituição Brasileira de 1988 contempla questões relativas à Infância e à Juventude em seu artigo 227, tratando-os como prioridade absoluta:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (2002)

E apesar de ser uma lei de extrema importância no âmbito da Infância e Juventude, o ECRIDAD recebe muitas críticas de familiares, da comunidade e mesmo das autoridades responsáveis pela solução do abandono e/ou negligência. Em geral, é possível inferir que a maioria desses críticos desejaria uma lei mais punitiva, uma lei que apregoasse ações restritivas ao invés de focar na garantia de direitos.

Acreditamos que apenas uma mudança legislativa não é suficiente para que crianças e adolescentes deixem de ser vistos como “criminosos em potencial” ou “perigosos”, mas sim uma mudança no modo de percebê-los como sujeitos coletivos, múltiplos e heterogêneos. A construção do sujeito se dá na relação com o outro e com o mundo, portanto, não deve ser pré-concebido enquanto sujeito com essência boa ou ruim, ou perigoso. De acordo com Bocco (2009), nosso encontro com o jovem pode ser dar de outra forma, que não a julgá-lo antes mesmo de conhecê-lo, o que incorreria no risco de naturalizá-lo como culpado, criando uma relação baseada no controle, na punição, como os demais órgãos que já fazem essa abordagem. Ao contrário, podemos pensar em outras práticas, o que não nos parece ao mesmo tempo, fácil. É preciso criar formas de se construir uma relação com crianças e adolescentes, não baseada no julgamento, na culpa, no inquérito, e sim como possibilidade de transformação social coletiva.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

“A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou - eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.”

(Manoel de Barros)

Apesar de tantas outras experiências profissionais, seja na clínica, seja na área de Educação Profissional, ou de Recursos Humanos, nada nos causou tanta angústia e curiosidade, quanto conhecer os sujeitos que passavam pela situação de abrigo já relatada. Dessa forma, o tema de aprofundamento de conhecimentos para a realização do mestrado já estava escolhido. No entanto, sabemos que alunos de mestrado têm tanta *sede de conhecimento* que por diversas vezes o tema extrapola o possível de se produzir no tempo estipulado para a conclusão da formação.

Chegamos com um tema em mãos, no caso o ‘abrigo’, mas sem uma definição precisa do que pretendíamos investigar. Gradativamente, o problema a ser investigado foi se delineando. Escolhemos como forma de metodologia de pesquisa a História Oral, ou seja, a escuta de experiências de vida a partir do

ponto de vista de adolescentes abrigados.⁸ Esta escolha se deu em função do levantamento bibliográfico que discursa sobre situações de abandono e abrigamento de crianças e adolescentes a partir do olhar principalmente de acadêmicos e/ou técnicos que atuam nesta área. No entanto, nosso interesse está voltado para as narrativas daqueles que se encontram abrigados:

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.) (...)(AMADO, 1996, p. 4).

Nesse sentido, consideramos que seria perfeitamente pertinente aos nossos propósitos o uso da história Oral como ferramenta metodológica para respondermos algumas questões: Quem são os sujeitos abrigados? Como vivem concretamente nos abrigos? Como sentem ou percebem a situação de abrigamento?

A partir desses questionamentos nos guiamos para entender a história de vida de crianças e adolescentes, assim como suas experiências de abrigamento. Nossa pretensão se pautou na criação de um espaço de entrevista/ conversa/ encontro que permitisse a exposição e partilha dos aspectos singulares de cada história e experiência.

(...) aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas que de outro modo parecem tão distantes (ALBERTI, 2010, p.14).

Nesse percurso, priorizamos a intensificação de contato e aprofundamento do próprio processo de entrevista com os sujeitos que se disponibilizaram em

⁸ Optamos por entrevistar adolescentes a partir de 12 anos por considerarmos que estes apresentam maior facilidade de se exprimir sobre as questões relevantes para essa investigação da condição de abrigado. Mantivemos o título abarcando o termo crianças, visto que a maioria dos adolescentes abrigados passou a infância também em instituições de abrigos.

participar do nosso trabalho. Esclarecemos que não houve insistência de nossa parte para que esses sujeitos falassem de suas experiências de vida. Consideramos que, em razão da faixa etária dos sujeitos (crianças e adolescentes) e a delicadeza da situação em que se encontravam (abrigamento), não caberia, do ponto de vista ético, qualquer insistência para que participassem da pesquisa.

Nossa pretensão inicial era ouvir seis abrigados, mais especificamente três meninos e três meninas, mas no decorrer do processo ocorreram desistências. Por razões diversas, que serão descritas adiante, permanecemos apenas com três meninas sendo entrevistadas.

4.1. RECURSOS METODOLÓGICOS

Como pesquisadores, sabíamos que o ato de ouvir experiências singulares seriam momentos únicos, em que seria necessário aguçar ao máximo nossa sensibilidade para a escuta já que as entrevistas poderiam ser permeadas por sensações diferenciadas. Sabíamos também que era possível que os participantes da pesquisa se recordassem e falassem de acontecimentos que talvez nunca tivessem sido partilhados a outras pessoas e que essas lembranças poderiam trazer à tona reações emocionais diversas.

Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação (BOSI, 1987, XXI)

Deveríamos conhecer a rotina do abrigo e nos tornar conhecida para os abrigados para que não ocorresse uma sensação de estranhamento quando propuséssemos a pesquisa. É importante frisar que o único critério que tínhamos previamente estabelecido era que a participação na pesquisa deveria ocorrer de forma espontânea, a partir da decisão dos próprios sujeitos, sem questionamentos ou insistências. Como primeira providência, realizamos uma reunião com a equipe técnica para informá-la sobre os objetivos e procedimentos da nossa pesquisa. Na ocasião, fomos apresentadas a algumas meninas da casa para quais falamos de nosso trabalho e explicamos como nossos encontros aconteceriam, lhes sendo garantido o sigilo sobre tudo o que falassem nas entrevistas e a prerrogativa de se desligarem da pesquisa quando quisessem, sem necessidade de maiores explicações.

As conversas seriam particulares, e apesar de existir um roteiro prévio, as entrevistadas poderiam guiar os encontros com suas falas e histórias. Pretendíamos que as meninas se sentissem inteiramente a vontade e nos percebessem como uma pessoa/pesquisadora inteiramente interessada em seus relatos.

Nem sempre proclamamos em voz alta o que temos de mais importante a dizer. E, mesmo em voz baixa, não o confiamos sempre à pessoa mais familiar, mais próxima e mais disposta a ouvir a confidência. Não somente as pessoas, mas também as épocas têm essa maneira inocente, ou antes, astuciosa e frívola, de comunicar seu segredo mais íntimo ao primeiro desconhecido (BENJAMIN, 2008, p. 40)

De acordo com proposta de Queiroz (p.142), as entrevistas consistiriam em ouvir as histórias de vida dos abrigados e seus depoimentos sobre suas experiências no abrigo, ou seja, uma biografia registrada pelo pesquisador, que

abarcasse tanto lembranças do passado quanto do presente. Os encontros deveriam ser gravados, com a permissão dos entrevistados, com intuito de manter a fidelidade dos depoimentos e de auxiliar uma posterior análise do material.

Assim, as entrevistas aconteceriam de forma livre a fim de que os entrevistados ficassem mais à vontade para falar sobre suas experiências, seguindo um roteiro flexível de temas a serem abordados. As intervenções só ocorreriam em situações relevantes, em que se pretendesse saber mais sobre o assunto abordado, por exemplo.

Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado (ALBERTI, 2010, p. 15)

Para complementar os registros gravados, seria feito uso de diário de campo, instrumento por meio do qual é possível registrar as condições das entrevistas, os momentos mais fortuitos e as interrupções indesejadas. Considera-se importante contextualizar as condições da própria realização das entrevistas, visto que essas podem, muitas vezes, modificar os rumos das falas do entrevistado.

É importante enfatizar que a escolha da História Oral como método de pesquisa não tem como objetivo buscar uma verdade absoluta ou apontar essa história como real em detrimento de outras. Dessa forma, não se pretendeu reduzir as lembranças dos entrevistados em relatos únicos e fechados, com uma única interpretação, assim como não se pretendeu buscar a veracidade

dos fatos narrados. Nesse sentido, corroboramos a postura de Alberti (2010) que considera que

(...) Como nenhuma interpretação é completa, haverá sempre espaço para novas possibilidades, que, novamente, não dão conta da totalidade, e assim por diante (p. 19).

Esta é a importância da História Oral como método: trazer à tona histórias de vida de pessoas que nos tragam possibilidade de abrimo-nos para outras vidas, outras histórias, outras experiências, outros tempos, outros percursos, que às vezes se expressam como não hegemônicos, não normativos, e nem por isso, menos importantes. A pretensão de ouvirmos sujeitos abrigados se relacionava exatamente a este aspecto, uma tentativa de aproximarmo-nos e conhecermos a vida num abrigo.

A discussão do conteúdo coletado não será baseada em uma hipótese ou em uma verdade a ser encontrada. Ao nosso entender, os depoimentos trarão elementos que podem ser conhecidos ou desconhecidos, mas que juntos, construirão novas possibilidades:

(...) a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (os "arquivos orais"), como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. Que essa relação, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é de certa forma mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre os quais o historiador tem somente um domínio parcial (AMADO, 1996, p. 9)

5. OS CAMINHOS FORAM SE DELINEANDO...

Conhecer as histórias de crianças e adolescentes abrigados poderia não ser uma tarefa simples, visto que dependíamos da autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Vitória⁹ para participarmos do cotidiano dos chamados equipamentos sociais¹⁰: os abrigos ou casas de acolhimento.

Não sabíamos como seria nossa inserção nessas instituições, como seríamos vista pelos funcionários e pelas crianças e adolescentes abrigados. Sabíamos que seria um caminho a ser percorrido permeado por muitas incertezas e interrogações, o que não nos impedia de tentar.

No primeiro encontro com a Gerência dos *Espaços de Acolhida*, fomos esclarecidas sobre a parceria entre Prefeitura Municipal de Vitória e algumas instituições filantrópicas, as quais mantêm sete casas de acolhida, concentradas principalmente em duas regiões do município de Vitória: Santo Antônio e Maruípe. Esses espaços têm um público alvo previamente especificado, por sexo e idade, porém o protocolo pode ser quebrado em casos de acolhimento de irmãos, que não devem ser separados, ou por problemas de falta de vagas em outros espaços. Entender a dinâmica das casas de acolhida

⁹ O município de Vitória, capital do Espírito Santo, foi escolhido em função da prioridade da agência de fomento FACITEC que financiou o projeto apresentado.

¹⁰ Equipamento social é o nome dado aos estabelecimentos nos quais funcionam programas, projetos e ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, voltados para diferentes públicos: crianças e adolescentes, vítimas de violência e maus-tratos, idosos, pessoas com deficiência e população de rua

foi essencial para identificarmos em quais delas poderíamos nos inserir e encontrar os sujeitos a serem escutados.

Apesar de nossa proposta de trabalho ter sido bem recebida pela Gerência, nos foi informado que essa proposta deveria ser analisada também por outras instâncias, como o Juizado de Infância e Juventude de Vitória, visto que as crianças e adolescentes abrigados estavam nessa condição por demanda judicial. Desse modo, nos foi solicitado que aguardássemos autorização dessas instâncias para nossa entrada nos espaços de acolhida e início do trabalho. Assim que obtivemos essa autorização, buscamos conhecer os abrigos que poderiam atender nossa demanda de pesquisa. Em função da faixa etária definida para os entrevistados e do tempo de duração previsto para os encontros, duas casas de acolhida no bairro Santo Antônio foram selecionadas como nossos pontos de partida.

5.1. CHEGANDO EM SANTO ANTÔNIO

Consideramos importante fazer uma contextualização do bairro onde se situam as casas de acolhida nas quais nossa pesquisa foi desenvolvida. Santo Antônio é o bairro mais antigo de Vitória¹¹ e fica situado no extremo oeste da cidade, rodeado por alguns morros. Na década de 40, famílias de estrangeiros principalmente de origem alemã e italiana se instalaram no bairro e deram início a atividades comerciais que impulsionaram o crescimento econômico da região. Também os padres Pavonianos ali se estabeleceram e iniciaram um

¹¹ Disponível em : <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao2/santoantonio.asp>

trabalho social ligado a Igreja, em favor da comunidade local. A partir da década de 60, o bairro teve um grande crescimento populacional causado pela ocupação de áreas de preservação ambiental por muitas famílias pobres, de forma desordenada.

Santo Antônio¹² é uma região conhecida por ser um bairro tradicional da capital e com muitos pontos turísticos tal como o Santuário de Santo Antônio e a Igreja Matriz, além de vários pontos de atividades populares como o Sambão do Povo, onde se realiza o tradicional carnaval da Grande Vitória, o Parque Tancredão, o Clube Náutico Brasil, o Santo Antônio Futebol Clube e algumas escolas de samba tradicionais.

Apesar de popular, o bairro é essencialmente residencial e lembra uma cidade de interior onde as pessoas se cumprimentam nas ruas, mesmo não havendo muita proximidade entre elas, a rádio local transmite informações que podem ser úteis à comunidade, as famílias colocam cadeiras nas calçadas para conversarem, e onde até mesmo os motoristas e trocadores de ônibus coletivos conhecem muitos dos usuários das linhas que fazem o trajeto da região até outros pontos da cidade. Esta é uma particularidade do bairro, se comparado a outras regiões do município de Vitória.

¹² Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao2/santoantonio.asp>

5.2. CHEGANDO AOS ABRIGOS

Optamos por começar nosso trabalho pela casa de acolhida conhecida como Centro de Apoio Social à Adolescência, que acolhe meninas entre 12 e 18 anos, e que funciona em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Vitória¹³. Na nossa chegada ao Centro de Apoio Social à Adolescência, percebemos a curiosidade das meninas e técnicos em saber o porquê de estarmos ali. Enquanto aguardávamos no refeitório pela equipe técnica, com quem havíamos marcado uma reunião para explicar nossa proposta, algumas meninas se aproximaram para conversar conosco e dentre elas uma nos chamou a atenção por sua desenvoltura. Ela usava uma touca nos cabelos, que justificou por haver usado remédio para eliminar piolhos contraídos na escola. Falou-nos de sua irmã que estava hospitalizada já há alguns meses e que sentia sua falta. Ofereceu-nos água e sentou-se à mesa para continuar conversando. A todo o momento ela ia até a cozinha perguntar se precisavam de sua ajuda. Mas logo em seguida fomos convidadas a entrar em uma sala e dar início à reunião com a equipe técnica formada por uma psicóloga e uma assistente social.

Nessa reunião explicaram-nos toda a dinâmica da casa, desde a chegada das meninas até a saída ou reintegração das mesmas. Informaram-nos que duas crianças de mais ou menos dois anos em média estavam ali por falta de vagas em outros espaços adequados a essa faixa etária e que, naquele momento, a casa se encontrava plenamente ocupada no número de vagas oferecido.

¹³ Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=espacosdeacolhida>

Também nos informaram sobre as meninas moradoras da casa e sobre como elas se relacionavam entre elas, com seus familiares, e com os funcionários da casa em geral.

Foi-nos solicitado pela psicóloga que comunicássemos à equipe técnica ou à educadora social quaisquer reações inesperadas ou inquietações manifestadas pelos entrevistados, para que pudesse ser feito um acompanhamento interno. Após a fala da equipe técnica, foi nossa vez de explicar a razão de estarmos naquela casa de acolhida. Fizemos uma breve exposição de nossa atuação em abrigos e de nosso percurso no mestrado até chegarmos ali para escutar os sujeitos abrigados e esclarecemos sobre como os encontros e entrevistas aconteceriam e sobre a técnica da História Oral que seria utilizada para escutar as meninas na casa de acolhida.

Ao final de nossa primeira reunião com equipe técnica três meninas que se encontravam em casa naquele horário foram chamadas pela equipe técnica e convidadas a participarem de nossa pesquisa. Na conversa com as meninas, falamos do nosso curso de mestrado, de nossa pesquisa e de nossa intenção em escutá-las em encontros que seriam realizados na própria casa, como esses encontros aconteceriam, os recursos que utilizaríamos e o que faríamos com o material produzido. Oportunizamos o máximo de esclarecimentos de tal forma que não tivessem dúvidas sobre o processo e ao mesmo tempo para que se disponibilizassem a participar da pesquisa.

Era possível observar naquele momento comportamentos diferentes das meninas. Uma, mostrava-se animada e ansiosa em expressar sua concordância, mexendo intensamente sua cabeça; outra, uma adolescente que aparentava estar com 7 ou 8 meses de gravidez, apresentava um olhar desconfiado mas posicionou-se favoravelmente a realização da pesquisa; uma terceira adolescente, mostrava-se encabulada, ouvia todo o exposto sem, entretanto, manter contato visual conosco. Preferia olhar para o chão e manifestou desinteresse em participar das entrevistas. Expôs sua vontade de pensar no assunto e posteriormente nos procurar para conversar, o que não aconteceu. Marcamos, então, os encontros que deveriam acontecer a princípio com as meninas que haviam se colocado à nossa disposição.

Num segundo momento, nossa pesquisa aconteceu na casa de acolhida conhecida como Centro de Vivência III que acolhe adolescentes do sexo masculino, entre 12 e 18 anos, e que recebe adolescentes do sexo feminino somente para cumprir o princípio do “não desmembramento de grupos de irmãos”, previsto no inciso V do Artigo 92 do ECRID¹⁴. O Centro de Vivência III¹⁵ é localizado próximo ao Centro de Apoio Social à Adolescência, também em Santo Antônio.

A nossa inserção nessa casa de acolhida se deu pelas mesmas vias da primeira. Reunimos-nos a princípio com o coordenador e a psicóloga da casa, quando explicamos nossa proposta de pesquisa e nos colocamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas que surgissem ao longo do trabalho e

¹⁴ Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=espacosdeacolhida>

¹⁵ Abreviaremos para CV III

planejarmos a devolutiva da pesquisa com os sujeitos que seriam entrevistados. Fomos bem recebidas pela equipe técnica que se dispôs a nos aproximar dos adolescentes abrigados, nossos possíveis entrevistados. Nessa reunião, fomos informadas que a casa estava com um número de abrigados abaixo do número de vagas disponíveis e que, naquele momento, havia apenas uma menina na casa, pelo critério do “não desmembramento de grupos de irmãos”.

5.3. VIVENCIANDO OS ABRIGOS

Nossa inserção no Centro de Apoio Social à Adolescência se deu de forma tranquila e até mais rápida do que idealizamos. Fomos bem recebidas pela equipe técnica para a qual fizemos questão de explicar como se deu a construção do nosso projeto de pesquisa em parceria com nossa orientadora e demais colegas do mestrado. Deixamos uma cópia do projeto na casa à disposição de seus moradores e funcionários. Prontificamos-nos a eliminar quaisquer dúvidas sobre a pesquisa e nos disponibilizamos a planejar com a equipe técnica como seriam realizadas as devolutivas dos encontros.

Dessa forma, passamos a freqüentar a casa de acolhida uma ou duas vezes por semana. Estabelecemos um bom vínculo com a equipe técnica, que nos permitia, inclusive, entrar na casa em horários não agendados para a pesquisa, para que pudéssemos falar com as meninas e as funcionárias, reforçando os laços afetivos que haviam sido criados.

É importante ressaltar como a equipe técnica e as funcionárias dessa casa foram importantes para a realização da nossa pesquisa, dispensando-nos sempre muita atenção e cuidando para que tivéssemos espaços mais reservados para os encontros com as meninas. Muitas vezes deixavam de executar alguma tarefa para nos disponibilizar seus próprios espaços de trabalho. Também cuidavam para que as meninas se lembrassem dos encontros agendados conosco e quando uma ou outra dizia não ter vontade de comparecer, elas buscavam convencê-la do contrário, e isso aconteceu mais de uma vez.

Apenas uma vez fomos abordadas de forma hostil por uma funcionária da casa. Ela trabalhava no horário noturno e, numa ocasião em que precisou substituir uma funcionária no período diurno, ao nos encontrar na casa, disse não ter conhecimento do nosso trabalho nem da nossa permissão para visitar a casa. Ela relatou que as funcionárias do período noturno se ressentiam por não serem mais bem informadas sobre o que acontecia na casa, o que demonstrava existir falta de comunicação entre a equipe técnica e demais funcionários. Procuramos amenizar a situação para não criar um ambiente desfavorável na casa, explicando que provavelmente havia acontecido um esquecimento por parte da equipe técnica, visto os muitos afazeres do seu dia-a-dia.

Demos início à pesquisa com duas adolescentes voluntárias acreditando que o número de entrevistados definido a priori, que poderia variar entre 5 e 6, seria rapidamente alcançado. No entanto, não foi assim que aconteceu. Começamos

as entrevistas com duas meninas, nomeadas por nós de menina-mãe e menina-artista, enquanto aguardávamos a resposta de uma terceira menina que esteve presente na reunião de apresentação da nossa pesquisa. Ela não compareceu aos dois encontros combinados, o que percebemos como uma resistência sua em participar da pesquisa. Assim, não insistimos num terceiro encontro, visto que ela sequer nos procurou para dizer o motivo de suas ausências.

Foi-nos sugerido pela equipe técnica da casa que conversássemos com outra adolescente abrigada que dividia o quarto com a menina-artista, uma de nossas entrevistadas. A adolescente foi apontada pela equipe técnica como uma pessoa de difícil convivência e de pouca participação nas atividades da casa. Também as outras meninas abrigadas, com quem tínhamos maior contato e que já nos viam como pessoas “conhecidas”, sem estranhamento, falavam da possível nova participante da pesquisa com certo ressentimento. A princípio, ao ser convidada a participar da pesquisa, ela não se mostrou muito animada com a idéia de ser entrevistada, mas aceitou depois que lhe falamos como as experiências com as outras meninas da casa estavam sendo interessantes.

A adolescente compareceu ao primeiro encontro no horário marcado, porém com alguma insistência das funcionárias da casa. Ela parecia pouco à vontade na sala e a conversa fluiu com certa dificuldade. Falamos de família, de escola e a incentivamos a falar sobre algo que a interessasse. Então ela nos contou que fazia curso profissionalizante para modelo e manequim, área em que

pretendia seguir carreira. Falou das desavenças com outras meninas da casa e que as pessoas não entendiam o fato de ela ser diferente, de ter ideias diferentes, e isso a incomodava. Disse ainda que não gostava muito de ir à escola e que faltava com bastante frequência, às vezes apenas para ficar dormindo, e por causa disso, era muito repreendida pela coordenadora. Ela considerava a escola como perda de tempo, já que sua intenção era seguir a carreira de modelo/manequim.

Combinamos outro encontro com a adolescente, com a esperança de estabelecer vínculos mais estreitos para que nossas conversas fluíssem com maior naturalidade. Para nossa surpresa, no horário marcado, ela compareceu apenas para nos informar que não tinha mais interesse em participar da pesquisa, pois já freqüentava uma psicóloga. Explicamos que apesar da nossa formação em Psicologia, não estávamos ali para um trabalho terapêutico, mas sim para uma escuta diferenciada, e que buscávamos nas histórias de abrigo, contadas a partir do ponto de vista das crianças e adolescentes abrigados, entender o que se passava com esses sujeitos, como lidavam com o abrigo, suas expectativas, anseios, alegrias, e tantos outros sentimentos que podiam afetá-los de alguma forma.

Nossa tentativa foi em vão visto que a adolescente não quis marcar nem mesmo mais um encontro para reconsiderar sua decisão. Apesar de termos voltado à casa várias vezes, a adolescente não se dispôs mais a conversar conosco. Essa desistência foi recebida com muita frustração de nossa parte,

até porque não conseguimos sequer apresentar nossos argumentos, pois, de fato, a adolescente não queria escutá-los.

Percebemos que essa recusa da adolescente causou um mal-estar na casa, tanto entre as funcionárias, que sempre se esforçavam para apoiar nosso trabalho, quanto entre as meninas que já participavam da pesquisa, porque entenderam essa atitude como mais uma reação hostil da adolescente. Procuramos amenizar a situação explicando para as meninas com as quais estávamos trabalhando que nem todos se sentem à vontade para falar de suas vivências com pessoas com quem não estabeleceram vínculos.

Nessa casa fizemos mais algumas tentativas para entrevistar outras meninas, mas por diferentes motivos não conseguimos aumentar o número de sujeitos entrevistados. Além da irmã da menina-artista, que passava grande parte do seu tempo internada, duas meninas tinham deficiência mental e não se comunicavam através de palavras, outras duas haviam sido reintegradas às respectivas famílias recentemente, e outras não permaneciam na casa durante o dia por trabalharem ou estudarem em tempo integral. Dessa forma, tivemos como sujeitos entrevistados na casa apenas a menina-mãe e a menina-artista.

Apesar dos encontros serem agendados de forma sequencial, preferencialmente uma vez por semana, alguns não puderam acontecer em função de diversos imprevistos, tais como: passeios das meninas conseguidos pela equipe técnica de última hora, atividades escolares extras que a menina-artista estava sujeita, necessidade da menina-mãe dar maior atenção à sua

filha quando ela não estava bem, ou mesmo a falta de vontade das meninas para conversar.

Para continuidade da nossa pesquisa, procuramos a segunda casa de acolhida, o Centro de Vivência III, onde primeiramente nos reunimos com o coordenador da casa para falarmos sobre nosso projeto de pesquisa. Nessa reunião, também entregamos uma cópia do projeto para que ficasse à disposição de seus moradores e de seus funcionários. Assim como na primeira casa em que trabalhamos, nos colocamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre a pesquisa e para planejar com a equipe técnica as devolutivas dos encontros.

Em seguida fizemos uma reunião com a equipe técnica onde foram esclarecidos os pontos principais da pesquisa e nos foram indicados alguns adolescentes para as entrevistas. Optamos por conversar em particular com cada um dos meninos indicados para saber do interesse dos mesmos em participar da pesquisa. Essas conversas tiveram um retorno positivo naquele momento, na medida em que todos os três aceitaram participar. Para os encontros, buscamos nos adequar as suas rotinas diárias e compromissos extraescolares.

O primeiro adolescente a ser entrevistado era irmão da única menina da casa que posteriormente também aceitou participar da pesquisa. Apesar de ter concordado em ser entrevistado ele não compareceu a nenhum dos encontros que combinamos. No primeiro encontro agendado ele nos disse que não

poderia conversar naquele dia porque tinha psicólogo agendado no mesmo horário. Fizemos outras duas tentativas de encontros, porém, ele sempre alegava ter outros compromissos já agendados e então resolvemos não insistir.

O segundo adolescente a ser entrevistado demonstrou grande interesse em participar dos encontros. Disse-nos que seria muito bom conversar sobre sua vida e que estava ansioso para o início das entrevistas. Apesar disso, o adolescente também não compareceu ao primeiro encontro combinado. Também não pudemos combinar outros encontros, pois quando chegávamos a casa ele fugia pulando o muro ou se escondia no quarto, de acordo com os educadores sociais e a equipe técnica. A resistência desse adolescente nos causou uma enorme surpresa, visto seu interesse inicial em participar da pesquisa. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de falar com ele sobre uma possível reconsideração de sua participação, já que ele sequer permanecia na casa enquanto estávamos presentes.

A desistência desse adolescente, assim como a desistência da terceira adolescente da primeira casa de acolhida, nos causou muita frustração e nos levou a fazer alguns questionamentos sobre a forma como colocávamos nosso trabalho e como estávamos sendo percebidos por esses adolescentes.

O terceiro menino a ser entrevistado, foi o mais apontado pela equipe técnica para a pesquisa, visto que ele estava completando 18 anos e, portanto, sua permanência na casa não seria mais permitida, do ponto de vista legal. Essa situação o deixava muito desconfortável e inquieto, conforme relatado pela

equipe técnica, que buscava tranquilizá-lo afirmando que ele não teria que deixar a casa enquanto não encontrassem um lugar onde ele pudesse morar. Para tanto, a equipe técnica estava tentando sua reintegração familiar.

Esse adolescente nos surpreendeu, pois a equipe técnica acreditava que ele seria o mais resistente em relação à pesquisa. No primeiro encontro marcado, quando chegamos a casa ele se encontrava no quintal brincando com os outros meninos. Quando nos viu, perguntou se poderia tomar um banho antes de conversar conosco e, quando voltou percebemos que ele havia se arrumado de maneira mais formal que a habitual.

Em seu relato ele falou sobre sua preocupação em relação ao fato de ter completado 18 anos recentemente e que não sabia até quando poderia ficar na casa. Contou que gostava muito de jogar futebol, mas não de estudar. Contou ainda que estava namorando uma menina, mas que ninguém da casa sabia sobre isso, porque ele achava melhor que fosse assim. No decorrer da entrevista, ele foi se mostrando mais à vontade, chegando a dar algumas risadas quando falava sobre seu namoro e sobre não gostar de estudar. Sobre a convivência na casa de acolhida, ele relatou que tinha boa relação com os demais colegas abrigados e também com os funcionários. Ele falava com calma sobre suas histórias e demonstrava vontade em continuar com os encontros. Ao final desse nosso primeiro encontro, quando nos despedimos, ele fez questão de nos levar até a porta.

No segundo encontro que marcamos com o este adolescente, tivemos mais uma surpresa desafortunada. Ele havia começado a trabalhar como ajudante de pedreiro em uma obra em um município vizinho ao município de Vitória e, devido ao seu horário do trabalho, os encontros não puderam mais ser agendados durante a semana. Nos finais de semana também não era possível encontra-lo, visto que o adolescente não permanecia em casa porque sempre visitava a mãe e uma tia que moravam por perto, ou participava de passeios com outros meninos da casa. Desse modo, mais um laço foi cortado de forma brusca e apesar de ter acontecido independente da vontade do adolescente, isso nos causou também um sentimento de frustração.

Diante das dificuldades em dar continuidade às entrevistas com adolescentes do sexo masculino na faixa de 12 a 18 anos, conforme especificado no projeto, a equipe técnica indicou-nos uma menina de quinze anos que estava abrigada na casa por ser irmã de outros três meninos. Foi uma surpresa para nós encontrarmos uma menina nessa casa, visto que o esperado era encontrar apenas meninos. Considerando que seria bem interessante conhecer sua história, começamos nossas entrevistas com essa menina que concordou em participar da pesquisa a quem nomeamos de menina-irmã.

6. ENCONTRANDO AS MENINAS CHEIAS-DE-HISTÓRIAS

6.1. A MENINA-MÃE¹⁶

*Acontece que o mundo é sempre grávido de imenso.
E os homens, moradores de infinitos, não têm olhos a medir.
Seus sonhos vão à frente de seus passos.
Os homens nasceram para desobedecer aos mapas e desinventar bússolas.
Sua vocação é a de desordenar paisagens.
(Mia Couto)*

Conhecemos a menina-mãe ainda grávida, na reunião em que apresentamos nossa proposta para estar na casa de acolhida como pesquisadora. Seu parto estava previsto para no máximo daí duas semanas, e foi com ela nosso primeiro encontro individual, por opção das próprias meninas que se dispuseram a contar suas histórias.

Nesse encontro, explicamos mais uma vez sobre o sigilo das nossas conversas e como os encontros aconteceriam: que seriam sempre na casa, em função da própria condição de abrigo e que, de preferência, estaríamos apenas nós duas em alguma parte da casa para que pudéssemos conversar de forma descontraída, sem a preocupação de qualquer intervenção por parte das outras crianças e adolescentes abrigadas ou mesmo por parte dos técnicos e educadores.

Sobre sua infância a menina-mãe nos relatou que cresceu em um bairro do município de Vitória, criada por uma avó que não era sua avó biológica.

¹⁶ A designação “menina-mãe” foi adotada no lugar do nome da adolescente. O termo se refere ao fato que mais nos chamou a atenção nos encontros. E assim também foi feito com o relato das outras adolescentes.

Ela me adotou quando eu era nenenzinha. Minha mãe faleceu e parece que as duas fizeram um trato de quem morresse primeiro cuidava dos filhos mais pequenos. Aí foi quando com três dias que elas fizeram o trato minha mãe morreu [...] Aí ela foi e me adotou. Mais só que antes dela me adotar eu passei por um abrigo. [...] Aí eu fiquei morando com ela até meus 13 anos de idade que foi quando ela faleceu.

Sobre sua mãe, ela disse não se lembrar muito visto que seu falecimento aconteceu quando ainda era muito pequena, mas que se parecia com ela na opinião de algumas pessoas. Depois que a avó faleceu, passou a morar em outro bairro, também no município de Vitória, com sua irmã mais velha, por mais ou menos um ano e quatro meses. *“Eu fui pra lá em dezembro de 2009, aí eu fiquei bastante tempo com ela lá. Foi aí que começou minha história”*.

Com a ida para a casa da irmã começou a ter contato com as drogas, em função de não conseguir trabalho que lhe desse algum rendimento. A irmã, apesar de dizer que a colocaria para fora de casa por causa de seu envolvimento com o tráfico, parecia ser conivente com a situação uma vez que recorria ao dinheiro da menina-mãe sempre que necessário.

“[...] eu não sei se ela apoiava, mais toda vez que ela precisava de alguma coisa ela ia lá e pedia pra mim comprar com o dinheiro da droga. Então nesse sentido eu via assim que ela tava me apoiando a vender droga”.

Em consequência dessa situação a menina-mãe foi internada sob medida sócio-educativa, medida do ECRID que regula os chamados atos infracionais cometidos por adolescentes, tendo permanecido nessa condição por aproximadamente dois anos. Assim que deixou a instituição onde estava internada, a menina-mãe retornou para casa de sua irmã quando, então, passou a ser usuária de drogas. Segundo seus relatos, inicialmente não era usuária, pois optava por não fazer o uso da droga enquanto trabalhava:

[...] você não pode é, como é que se fala, é perder o conteúdo entendeu. Por que você acaba embolando as coisas assim, às vezes por que você tá muito drogado, às vezes você acaba fazendo coisas além do que pode.

Foi quando, então, se envolveu com um rapaz mais velho, de 28 anos, que a levou para morar com ele em um apartamento alugado. Apesar de não ser usuário de drogas, esse rapaz provia o vício da menina-mãe, que relata:

[...] ele me aceitava do jeito que eu era. Então assim, como eu tava muito em cima da droga ele deixava eu usar entendeu. [...] ele até me dava dinheiro pra mim poder comprar entendeu. Assim as vezes quando eu não queria que ele visse, eu saía, falava com ele que ia pra outro lugar pra poder pra ele não ver. Aí passou esse tempo, esse tempo todinho que, sete meses que eu tava com ele, que passaram certinho, que ele só me ajudando com as coisas. Aí foi quando eu comecei a parar, eu consegui assim, parar entendeu, um pouco com a droga.

Por ela ser menor de idade e estar vivendo uma situação irregular, durante o tempo que permaneceu junto, o casal recebeu várias ameaças de denúncias por parte dos vizinhos. O relacionamento durou em torno de sete meses e terminou com a ida do rapaz para o Rio de Janeiro, transferido pela empresa na qual trabalhava como soldador. Apesar de ter prometido que mandaria dinheiro para pagamento de aluguel e de algumas dívidas contraídas com a vizinhança, o rapaz não manteve mais contato direto com ela. Segundo a menina-mãe, o relacionamento acabou após dois dias decorridos da viagem do rapaz, quando foi informada por vizinhas que ele não voltaria mais. Ela acredita que tal fato se deu por que essas vizinhas, credoras¹⁷ do rapaz, inventaram uma história de que ela já estaria se envolvendo com outra pessoa. Essas mesmas vizinhas insistiam para que ela pagasse as contas deixadas por seu companheiro, induzindo-a, inclusive, à prostituição e ao tráfico de drogas:

¹⁷ O rapaz havia contraído dívidas com estas vizinhas, ao efetuar compras de produtos cosméticos para a adolescente, entre outros.

“várias vezes elas mandaram eu me prostituir e vender drogas e isso eram coisas que eu não queria fazer entendeu [...] E eu fui continuando. Aí eu fiquei devendo aluguel”.

Diante dessa situação, ela retornou para casa de sua irmã e passou a trabalhar nos finais de semana como doméstica, na mesma casa onde sua irmã trabalhava. Logo depois, conheceu um outro rapaz no mesmo bar onde havia conhecido o rapaz como qual havia se relacionado anteriormente. Esse rapaz, com quem iniciou um namoro, foi convidado pela irmã da menina-mãe a morar com elas, visto que o prédio em que ele morava passava por reformas. A menina-mãe, então, passou a se relacionar com ele de forma mais íntima:

[...] quando ele ficou lá em casa, aí a gente passou a dormir junto e tudo entendeu, essa coisa toda [...] Por que assim, ele não tava trabalhando e assim ele entrou na minha vida de repente assim, e me deixou cega, por que assim, eu não procurei saber se ele tinha pai, se ele tinha mãe, eu não procurei saber nada disso [...].

No final do ano de 2010, esse namorado foi preso em decorrência de um mandado de busca e apreensão. A partir de então, a menina-mãe perdeu o contato com ele apesar de ter ido à delegacia onde estava preso para saber notícias e para vê-lo, o que não lhe foi permitido.

Logo em seguida a esse fato, no primeiro dia de 2011, a menina-mãe fez um teste de gravidez e, mesmo tendo recebido um resultado positivo, recusou-se a aceitar que estava grávida. Apesar dela já ter apresentado alguns indícios de gravidez antes do namorado ser preso, essa possibilidade não foi cogitada pelo casal, visto que ela fazia uso de anticoncepcional. Assim, ignorando a gravidez, continuou trabalhando normalmente até quatro meses depois do primeiro

exame, quando após ter se sentido mal procurou por ajuda médica e descobriu que estava “gravidíssima”, conforme se referiu a médica sobre sua situação. Embora tivesse perdido totalmente o contato com o namorado, ela ainda se considerava dentro de uma relação conjugal e, por isso, não se envolveu com outras pessoas.

Em decorrência de alguns problemas com pessoas relacionadas ao tráfico, a menina-mãe teve que sair do bairro por se sentir ameaçada o que a levou procurar o Conselho Tutelar em busca de ajuda: *“Assim, foi por causa de uma questão, de uma confusão que teve né, lá por eu ter falado uma coisa, e gerou um ato de ameaça de um adolescente do tráfico e eu tive que sair de lá e procurar um lugar pra eu poder me proteger né. [...]”*.

O abrigo ocorreu para preservação da sua própria segurança, visto que sua irmã não se responsabilizou mais por ela após as ameaças. Sobre essa condição de abrigo, a menina-mãe considera que esta foi a melhor opção para sua proteção e também do bebê: *“Foi pra me proteger. Aí tipo assim pra mim não perder a criança entendeu, e nem me machucar eu vim pra cá, por isso”*. Sobre a perda de contato com a irmã, ela entende que isso é necessário para sua segurança e de sua irmã: *“Pra não prejudicar. Então ela é uma pessoa que não pode ter nenhum contato comigo, entendeu?”*.

A menina-mãe chegou ao abrigo grávida de 5 ou 6 meses onde passou a ter o acompanhamento necessário para o bom desenvolvimento de sua gravidez. Quando a conhecemos, ela já se encontrava no período final da gestação, já havia realizado o “chá de bebê” e recebido muitos presentes para a menina

que estava por vir. Era visível o seu interesse pelo enxoval da filha que estava praticamente completo, com roupas, fraldas e berço, dentre outras coisas, conseguido por meio de doações: *“Eu tenho, já tenho as coisinhas dela tudo [...] Nossa ela já tem tudo, tudo assim, só não tem o carrinho”*.

Também já havia escolhido o nome da criança que já era tratada como tal por todos os funcionários e pelas outras meninas abrigadas. A rejeição inicial foi desaparecendo na medida em que a gravidez se desenvolveu. A menina-mãe relatou que foi criando amor por aquela menina que estava gerando e que se arrependia de inicialmente ter pensado em não continuar com a gestação. A preocupação com a possibilidade de lhe tirarem sua filha era demonstrada em seus relatos:

Por que o que eu quero é ficar com minha filha. Eu não quero perder minha filha pra justiça entendeu. Por que assim, se correr com uma criança no juiz eles cresce o olho, e eles pegam a criança e manda pra adoção...e eu não quero isso entendeu, eu quero ficar com minha filha [...] Então se eu conseguisse um serviço eu ia dar muito valor a ele pra poder dar a minha filha o que eu não tive [...].

Perguntamos certa vez para a menina-mãe quais eram suas expectativas a partir da experiência de gravidez vivenciada dentro do abrigo, ao que ela nos respondeu:

Eu queria ir pra algum lugar,entendeu?. Esquecer tudo que eu passei, tudo que eu aprendi que não foi bom pra mim [...] Por que nada que eu vivi, nada que eu construí eu tirei de lucro pra mim entendeu. Eu não esperava uma gravidez e aconteceu. Eu não culpo a minha filha de ter, como é que fala, vindo. Mais assim, eu não vou viver muita coisa, eu vou perder muita coisa [...].

Em seu relato sobre passagens anteriores pelo abrigo, quando costumava evadir¹⁸ a menina-mãe disse que as fugas aconteciam porque não gostava de se sentir presa, mas que naquele momento reconhecia a necessidade de permanecer no abrigo por causa da sua gravidez:

Eu já fiquei aqui, eu acho que foi em 2008 [...]. Só que assim, eu vinha, vinha, vinha e ... eu não queria ficar. Então assim, eu coloquei pra tia que eu acho que se eu não tivesse grávida da minha filha, eu acho que eu não estaria aqui hoje [...] Eu sempre fui de andar, ficar solta, livre. Só que agora, nessa passagem minha, ah, é muita coisa assim, diferente entendeu [...] agora que eu to carregando ela dentro da minha barriga. Aí eu vou ter a minha filha, e se não ter o resultado do que eu espero ter, o que vai ser é o que eu fico pensando. É isso que eu fico pensando aqui.

Quando nos deu esse relato, a menina-mãe ainda estava grávida da filha, e acreditava que a única possibilidade de saída do abrigo, seria pela vontade do pai: *“[...] meu pai ele é, no momento, a única saída então eu tenho que trabalhar essa questão do meu pai, entendeu?”*.

A paternidade da menina-mãe foi reconhecida a partir de um pedido judicial da realização do exame de DNA que confirmou a consanguinidade: *“[...] eu fiz esse exame deu positivo só que ele não coloca na cabeça dele que eu sou filha dele, pra ele, ele foi obrigado a assumir uma responsabilidade. Pra ele é assim”*.

O relacionamento com o pai, naquele momento, portanto, era sentido pela menina-mãe como consequência de uma imposição judicial e completamente vazio de afeto:

Tava vindo me ver. Mais só que toda vez que ele vinha me ver ele ficava falando pra mim que eu não era filha dele. E isso dói sabe, por que assim é chato você receber uma pessoa e a pessoa ficar falando toda hora... que você não é filha dele. [...] por mais que ele reconheceu a paternidade mais ele fala que eu não sou filha dele.

¹⁸ Evadir é o termo usado para se referir à fuga do abrigo.

A importância do reconhecimento de paternidade para a menina-mãe pôde ser percebida também em seu relato sobre quando lhe foi solicitado realizar um exame de ultrassonografia para acompanhamento de sua gravidez. Na ocasião, ela primeiro esperou que o pai a registrasse para que pudesse constar o sobrenome paterno em sua Carteira de Identidade, e só então fez o exame com seu nome completo.

A menina-mãe disse não ter feito uso de drogas durante a gravidez, inclusive nos contou uma experiência vivida no hospital logo após o nascimento de sua filha, a qual a incomodou muito. A criança nasceu com anemia e teve que permanecer por 72 horas no hospital. Durante esse tempo de internação a menina-mãe foi pressionada várias vezes por um “acadêmico” a dizer que teria feito uso de drogas e que isto deveria ser denunciado ao Conselho Tutelar. Ela entende que essa não é uma postura adequada a um profissional da saúde:

Então do jeito que ele tava me tratando não é um jeito de um médico tratar uma paciente. [...] ele chegou na sala assim: ‘ah vai ter que chamar o Conselho Tutelar pra vir cá’. [...] Aí ele começou falar que eu usei droga na gravidez. Eu era usuária de droga antes da gravidez. Eu não usei droga durante a gravidez [...] Ele me pegou até sozinha e me levou pra longe da educadora que tava me acompanhando no hospital [...] me levou lá perto do berçário pra perguntar se eu usei droga na gravidez. Ele disse: ‘ah, porque você não consegue olhar pros meus olhos quando eu te pergunto’. Aí eu falei assim com ele: olha, eu não usei droga na minha gravidez, entendeu?

Em relação às educadoras da casa, a menina-mãe demonstrou afeto por duas mais especificamente: “[...] eu sou muito apegada a duas educadoras aqui na casa, a J¹⁹ que tá de férias e a tia M²⁰ que trabalha de noite [...] São pessoas

¹⁹ Inicial da educadora social.

²⁰ Inicial da educadora social.

que eu gosto assim de sentar e dialogar. Segundo ela, com essas educadoras, pôde conversar sobre sua dificuldade em aceitar a gravidez:

Igual eu tava falando pra elas assim que a minha gravidez, no começo eu não aceitei, só que depois que eu cheguei aqui que eu fui ver a realidade [...] Aí assim, as crianças que foram entrando aqui e saindo eu fui vendo o que é uma criança. A criança ela não é, pra mim, ela não é uma pedra no meu caminho.

Também pôde conversar sobre como a maternidade modificou sua percepção de mundo:

[...] eu falei com a tia hoje: nossa a ML²¹ parece que ela veio assim pra mudar entendeu. [...] pra mim ela tá sendo igual uma psicóloga, tá sendo uma experiência e tanto. [...] se minha filha ficar longe de mim eu acho que eu endoio por que ela veio e mexeu comigo entendeu. Igual quando eu tava grávida [...] Eu me sinto diferente entendeu. Igual eu vejo as coisas agora diferente. “É diferente quando você é mãe.

Sobre o relacionamento com o pai da sua filha, a menina-mãe considera que esse foi duradouro, assim como o anterior. O relacionamento durou em torno de um ano e três meses, segundo ela. Perguntamos se ela ainda está com ele, e então ela diz não saber dele, e por isso não sabe responder à nossa pergunta. Sobre o fato de o rapaz saber se é pai, ela relata: *“Eu não sei se ele sabe ou não. Eu não sei se alguém contou pra ele, eu não sei se ele tá na rua se ele foi preso.”*

Era possível sentir que apesar de todas as dificuldades vividas e mesmo tendo os vínculos familiares bastante fragilizados, a menina-mãe não se sentia no direito de reclamar da vida: *“Então no momento assim, eu posso falar com você*

²¹ Iniciais do nome da filha da menina-mãe.

que eu tô uma pessoa muito feliz. Eu não posso chegar pra você e falar assim, nossa tá horrível minha vida entendeu, eu não posso.”

Ainda sobre suas relações afetivas, a menina-mãe nos contou sobre uma pessoa que passou a fazer parte de seu cotidiano, visitando-a com frequência: *“Bom, tem uma pessoa que eu gosto, que essa pessoa tá me dando atenção ultimamente. [...]”* Ela relatou que era um amigo, que o conhecia há mais ou menos três anos e que ele havia se reaproximado dela por ocasião do seu chá de bebê; *“[...] a gente sempre foi amigo, aí então [...] foi no dia dezoito de agosto, que eu fiz o chá de bebê e ele veio. Aí ele fez a proposta, ele me pediu em namoro”*. Naquele momento, porém, por estar grávida, considerou que não poderia ter um relacionamento amoroso com ninguém. Mesmo depois do nascimento de sua filha ela considerou que deveria esperar para iniciar o namoro, apesar de o rapaz ter dito que gostaria de ficar com ela e com a sua filha: *“eu não tô namorando com ele ainda, por que assim, eu tive neném agora e tal, mais ele já queria namorar comigo desde quando eu tava grávida [...]. A neném tá muito nova, assim vou esperar mais uns dois ou três meses”*.

A relutância em assumir esse namoro com o rapaz também era devida ao medo de uma possível reação do pai de sua filha, tanto que chegou a alertá-lo sobre essa situação, segundo seu relato: *“[...] ele é doidinho, então eu fico as vezes insegura de eu estar com você e ele aparecer e ele vir falar alguma coisa, falar bem assim que eu só esperei ele virar as costas pra mim poder ficar com você.”*

Sobre o rapaz, que nos pareceu ter muita importância na sua vida, ela relatou: *“Ele não é errado, é trabalhador [...] ele que veio instalar os computador aqui pra tia [...] Nossa ele me liga direto. Ontem mesmo ele ligou e falou comigo. Perguntou como é que eu tava, se eu tô precisando de alguma coisa [...] Só que eu vejo nele que realmente ele gosta de mim sabe”* e considera a possibilidade de ficarem juntos e de ir morar com ele:

Eu to pensando, ontem eu falei que vou dar uma chance pra ele, só que ele tem que esperar um pouquinho, por que eu não sei como é que tá a minha situação. As tias já começaram a mexer na questão do meu tio²² pra eu poder sair daqui entendeu, com a neném. Então deixa eu esperar resolver essa questão que aí eu fico com ele.

Ele passou a visitá-la sempre nos finais de semana seguindo as normas da casa e orientações da equipe técnica. A menina-mãe nos disse que se sentia confusa em relação aos sentimentos por ele, mas ao mesmo tempo, julgava que tê-lo por perto era uma coisa boa visto que o mesmo falava em oficializar um compromisso com ela e em assumir a filha dela como sua também. Percebemos que o rapaz se tornou presença constante na vida da menina-mãe por demonstrar atenção e carinho por ela e por sua filha e que isso, aos poucos, foi modificando a forma dela entender sua relação com o seu pai:

A falta do meu pai não tá nem mais me abatendo depois que eu comecei a namorar com ele. Não tem mais aquela, igual eu ficava, é meu pai não vinha, não ligava eu ficava nervosa eu às vezes descontava nas coisas. E agora não, meu pai não, eu não perco nem meu tempo de ficar esperando a visita do meu pai. Se vir alguém veio, se vir ou não, tanto faz.

A última visita do pai à menina-mãe aconteceu antes do nascimento de sua filha quando ele a comunicou que estava tentando recuperar sua guarda, mas que para isso, ela teria que terminar seu namoro com o rapaz, pois não

²² A menina-mãe aborda este tio apenas esta vez em nossos encontros.

concordava com esse relacionamento. Sobre essa situação a menina-mãe nos disse que o pai não era muito presente e não a visitava com frequência e que não pretendia terminar sua relação com o rapaz para agradar o pai.

A maioria dos nossos encontros aconteceu após o nascimento da filha da menina-mãe. Logo a partir do segundo encontro, a menina-mãe vinha sempre acompanhada pela filha e em sua fala nos mostrava que a criança havia mudado sua concepção de mundo e principalmente seu olhar sobre a vida. Dizia que sempre foi uma pessoa muito irritada e impulsiva e que reagia de forma enérgica sempre que se sentia agredida de alguma forma, mas que, depois do nascimento de sua filha, passou a ser uma pessoa mais tranqüila e equilibrada nas suas atitudes, evitando inclusive contato com pessoas com as quais não tinha muita afinidade na casa.

A menina-mãe passou a fazer planos de vida, independente da nova relação amorosa. Planejava arrumar um trabalho, alugar uma casa, voltar a estudar e criar a filha de uma forma diferente daquela como foi criada. Nos encontros, nos contava as novidades da filha e falava da semelhança da menina com o pai. Pai esse que nem sabia que era pai, pelo menos não pela menina-mãe.

Sobre seu futuro, a menina-mãe tinha boas perspectivas:

Só semana que vem é que você vai me pegar, entendeu. Por que eu vou começar a estudar e estagiar. Aí já vai ser o tempo que ela já vai estar com cinco meses. Aí eu vou começar já a dar mamadeira e vou começar estagiar entendeu. Não vai dar muito tempo de eu ficar em casa.

6.2. MENINA-ARTISTA

"O certo era a gente estar sempre brabo de alegre, alegre por dentro, mesmo com tudo de ruim que acontecesse, alegre nas profundezas. Podia? Alegre era a gente viver devagarinho, miudinho, não se importando demais com coisa nenhuma."

(Guimarães Rosa)

Conhecemos a menina-artista na primeira vez que estivemos na casa de acolhida. Ela usava uma touca para cobrir os cabelos remediados contra piolhos, contraídos na escola. Já nesse dia ela revelou desenvoltura em uma conversa informal conosco no refeitório, enquanto aguardávamos a reunião com a equipe técnica.

Ela havia completado onze anos recentemente e, por isso, a princípio não se enquadrava no nosso público-alvo objetivado, o qual englobava adolescentes entre doze e dezoito anos. Esse público-alvo foi delimitado inicialmente em função das possíveis dificuldades para se conseguir entrevistar crianças abaixo de 12 anos, pois além dessas crianças morarem em outra casa de acolhida o trabalho com essa faixa etária poderia encontrar maiores obstáculos em função de questões judiciais.

Apesar de ser menor de doze anos, a menina-artista foi abrigada naquela casa de acolhida por ter uma irmã de quinze anos também abrigada ali e a não-separação de irmãos era uma questão observada pelos abrigos, independente do seu público-alvo estabelecido por faixa etária ou gênero feminino/masculino. Por ela ter demonstrado grande interesse em participar da nossa pesquisa, consideramos importante alterar a faixa etária dos sujeitos entrevistados.

Nos encontros individuais a menina-artista evidenciava desembaraço ao contar suas histórias. Ela nos falou sobre sua irmã que estava internada já havia alguns meses com um problema de saúde considerado raro e que inspirava muitos cuidados, o que demandou algumas mudanças consideráveis na rotina diária da casa que teve que se adaptar para atender a irmã da menina-artista. Mesmo sem entender ao certo as palavras difíceis que já estava habituada a escutar sobre a doença da irmã, ela conseguiu nos explicar que sua irmã apresenta um problema genético e por causa disso uma má-formação dos pés e das mãos, agravada por uma doença de pele que provoca feridas por todo o corpo, o que causava internações constantes. Naquele momento ela encontrava-se internada também por causa de problemas respiratórios: *“Ela tá internada já tem cinco meses. Aí ela vai operar, ela internou quando ela chegou aqui por que ela tem bronquite, refluxo e ela internou por que ela tava com suspeita de tuberculose”*.

Ela visitava a irmã geralmente aos domingos, pois dependia da disponibilidade do motorista e de uma funcionária da casa para acompanhá-la ao hospital: *“Final de semana quando dá. [...] Porque eu estudo um final de semana sim e outro não, por que deu greve.”* Sobre o relacionamento com a irmã, ela nos contou: *“A gente não briga não. Só algumas vezes. Mais a gente briga assim e depois ta se abraçando de novo.”*

Durante a semana a menina-artista tinha que cumprir várias atividades: aulas de balé duas vezes por semana, escola regular na parte da tarde e ainda atividades escolares extras em horários matutinos além de alguns afazeres

domésticos, como arrumação do quarto, do banheiro, lavagem de suas roupas, etc. Inclusive, precisamos ajustar nossos horários para que nossos encontros acontecessem de forma que não atrapalhasse sua rotina na casa.

Em relação a sua infância ela disse ter vivido em uma chácara onde sua mãe trabalhava e onde também teve que trabalhar, mesmo sendo criança:

Da infância lembro que eu fui picada por um ganso, perseguida por um porco, porque eu morava numa chácara. [...] A minha bisa trabalhava lá, a minha vó trabalhava lá, ainda quando elas viajaram, minha mãe começou a trabalhar lá. [...]. Lá a gente não podia ver desenho, não podia ligar a televisão, tinha que comer na hora que eles quisessem. Eu tinha que descer la embaixo pra pegar cana, cheio de mosquito. A mamãe tinha que subir no telhado pra limpar.

A menina-artista contou não ter conhecido o seu pai: *“É por que eu nem conheci ele. Ele foi embora quando minha mãe ainda tava grávida.”* E explicou que ela e sua irmã eram filhas da mesma mãe, mas não do mesmo pai: *“Por que eu sou irmã da minha irmã só por parte de mãe. Por parte de pai eu não sou, o pai da minha irmã morreu, foi comprar fralda pra ela e levou bala perdida [...] Aí ela tava grávida de mim, aí a gente foi morar na chácara.”*

Sobre sua mãe, a menina nos contou que ela *“mexia com coisa errada. [...] ela conheceu uma outra pessoa que levou ela pro mundo das drogas, aí ficou ruim né.”* Essa pessoa, um homem com o qual passaram a conviver, segundo ela, se tratava de uma pessoa violenta, que as agredia por qualquer motivo:

Ela ficou até hoje assim, junto com ele. Ela ficou todos esses anos com ele. Aí ele batia nela, por que ele batia demais, a única coisa que a minha mãe não autorizava ele fazer que ele ficava, por que teve um dia que ele me deu um tapão, aí minha mãe falou assim ‘não pode bater nela, por que não bate em mim?’ Aí ela falou pegou a faca e foi pra cima dele. Sempre quando ele ficava irritado ele ia bater na gente só que ele bateu

na minha irmã a toa. Ele batia por qualquer motivo. Se o dinheiro dele acabasse ele batia, de as drogas dele acabasse ele batia.

Ela relatou que ela e sua irmã também sofriam muitas agressões físicas por parte da mãe, e demonstrou entender que as negligências e agressões eram consequências da dependência das drogas:

E como minha mãe usava droga não tinha tempo de eu ir pro colégio, ela batia na minha irmã, ela é toda machucada na perna. Ela batia em mim, aí não dava tempo de a gente ir na igreja, pra igreja ou pra escola. Nós não ia pra Igreja, nós só ficava trancada dentro de casa ou então no meio da rua assim, brincando com as minhas colegas. Tinha dia que eu ia pra escola aí eu pegava e começava a escrever sobre família, eu gostava muito de escrever sobre família.

Ela demonstrou entender também que pelo fato de sua mãe não cuidar dela nem de sua irmã como deveria as duas se encontravam na casa de acolhida, que para ela era uma condição temporária:

Eu nem conhecia o que era abrigo, primeiro eu pensava que era orfanato que a minha mãe falava que na época dela era orfanato. Aí quando eu cheguei aqui eu fiquei, mas primeiro eu fui pra outra casa de acolhida que é onde todo mundo chega e fica. Aí fica por um tempo, aí depois vem pro abrigo. Aí eu vim pra cá e tô até hoje aqui esperando.

Segundo menina, sua mãe não está autorizada a visitá-las, ela e a irmã, no abrigo. Apesar disso, a viu de longe algumas vezes, quando esta a observava do portão da escola, sem chegar perto porque estava proibida judicialmente:
“De vez em quando eu vejo ela no portão da escola, mais eu sinto muita

saudade dela, mas ela não pode falar comigo.” Ela relatou que tem notícias da mãe por meio de outras pessoas: *“É, por que ela não foi procurar o juiz. Mais a moça lá na escola já me disse que vê ela, que ela já não tá igual antes mais, ela já tá gordinha ela tá com pessoas boas.”*

Sobre sua vida escolar, a menina nos contou que tem algumas dificuldades causadas provavelmente pelas inúmeras mudanças de residências pelas quais a família teve que passar:

Por que assim, nós passamos em várias casas, eu acho que teve mais de dez. A gente já morou em Paul, Vila Velha, em Rosa da Penha, Cariacica, Praia da Costa, aí moramos em São Pedro 1, no 2, no 3, no 4 e no 5 [...] Por que eu tenho uma quarta série meio que reforçada. Eu vou pra quinta, mais ela é tipo uma terceira, só que ela é reforço das pessoas que faltavam muito.

Apesar dessas dificuldades, ela disse gostar muito de estudar: *“fico triste quando não tem aula porque estudar é sempre bom. Quando eu tiro nota baixa, fico triste por muito tempo.”*

Em nossos encontros a menina-artista sempre se mostrava inquieta. Falava de um assunto e rapidamente iniciava outro. Dançava, cantava, lia poesias e nos contava sobre suas muitas apresentações escolares e que ela mesma criava músicas e coreografias para apresentações de datas comemorativas ou eventos que a escola produzia. No balé também participava de ensaios exaustivos para uma apresentação que iria acontecer no fim do ano.

Ela nos disse que gostava de escrever e nos mostrou um caderno onde havia músicas e poesias, todas escritas por ela mesma. Dentre essas músicas ela nos mostrou dois *raps* que escreveu para apresentação na escola:

RAP 1

Eu cresci na rua
Eu cresci na rua
Mas aprendi que a educação em qualquer lugar
Acima de tudo para nós é fundamental
Eu canto o rap para me expressar
Com as palavras eu vou mergulhar
Na minha paz eu vou estudar
Agora venham a todos participar
Vem, vem a se apresentar aqui na escola

RAP 2

Preste muita atenção
As meninas arrasam o coração com o falar
Preste muita atenção
Você vai se aproximar
Quem entrar aqui vai sair apaixonado
Não sei por quem, será por mim?
Agora eu vou falar
O rap é minha paixão
Agora vem assim, vai no coração
no coração, vale cada um de vocês
Agora vamos ficar na paz
Mas não venha porque não vai sobrar pra ninguém
Meninas arrasam coração, está aqui e tudo bem

Os encontros com a menina-artista eram sempre permeados por muitas risadas e inversão de papéis. Ela reclamava que só falávamos dela, então ela tentava tomar as rédeas das entrevistas e passava a nos fazer várias perguntas, das quais muitas eram para satisfazer curiosidades pessoais. Perguntava nossa idade, onde morávamos e com quem morávamos, o que fazíamos, se namorávamos etc. Se surpreendia muitas vezes com nossas repostas: *“eu jurava que você tinha 15 anos, na escola eu falei pras minhas colegas que eu tenho uma amiga de 15 anos que faz pesquisa comigo [...] Pensei que você era viúva”* Contou essa situação orgulhosa dos laços de amizade com uma pessoa mais velha. Falamos ainda sobre relacionamentos

amorosos, quando então ela nos perguntou se éramos “BV”, que significa boca virgem na gíria popular. Devolvemos a pergunta, ao que ela respondeu: *“não sou BV mas de resto com certeza. Isso só vai mudar lá pros 16, 18 anos, depois que eu terminar a faculdade.”*

A menina-artista falava da possibilidade de ir morar com uma tia no município de Vila Velha, vizinho ao município de Vitória: *“Na verdade ela não é a minha tia né, ela é prima da minha mãe de terceiro grau só que a gente desde pequenininha chama ela de tia. E vai passar a ser mãe né.”* Dizia que essa tia estava requerendo a sua guarda e a de sua irmã na justiça e que estava ansiosa pela mudança. Não muito freqüentemente, a menina-artista passava o final de semana na casa dessa tia, que era mãe de um único filho com quem ela brincava. Ela nos disse que quando brincava sentia tristeza por saber que sua irmã estava internada e que não podia estar com ela:

Por que ele gosta muito de brincar e eu também. E às vezes a gente desce lá pra baixo pra ficar andando de skate. Mais eu tenho dó da minha irmã que tá lá internada, igual ontem mesmo eu chorei lá na escola por que toda hora eu tava sonhando que minha irmã ia ficar lá e quando ela fizesse dezoito anos ela ia morrer. Aí eu tava pensando que ela era uma sombra preta, aí eu fiquei com medo e comecei a chorar por que eu lembrei da minha irmã. Aí depois a professora me levou no canto e conversou comigo, aí eu contei.

A casa da tia havia se tornado uma esperança de um dia poder deixar a casa de acolhida, mas ela cogitava a possibilidade da tia não poder acolher sua irmã devido à necessidade de cuidados específicos que ela apresentava por causa de sua doença:

Eu tenho ido na casa da minha tia nos finais de semana, mas só eu, porque assim como é que se diz, a casa da minha tia não é apropriada pra minha irmã, ela tem que ter muitos cuidados. A casa da minha tia não tá preparada pra dar os

cuidados que minha irmã tem que ter. O dia que minha irmã foi lá foi legal, mas só que sujou tudo o lençol, ela tava reclamando de dor e minha tia não sabia o que fazer, não pudemos sair porque ela tava passando mal. Aqui ela tem um armário de medicamentos, tem as educadoras, o posto de saúde é aqui pertinho, aí fica mais fácil.

Ela demonstrava não ter vontade de ficar sem ver a irmã, caso sua guarda fosse concedida à tia. *“Talvez se ela continuar aqui, nós viemos buscar ela dia de final de semana, dia de comemoração, aí tomara que seja assim, porque se for pra ir embora e ficar sem ver ela, eu não quero não.”*

Ainda sobre a possibilidade de deixar a casa de acolhida, a menina-artista nos contou que soube pela tia que sua mãe havia demonstrado vontade de recuperar a guarda das filhas diante da intenção de adoção das mesmas: *“Aí minha tia falou que queria conversar comigo, falou que minha mãe chorou quando ficou sabendo que a gente ia pra adoção e que ela ia fazer de tudo pra tentar pegar eu e minha irmã e não separar a gente. Aí eu gostei né, da minha tia ter aparecido”*. A menina revelou que não gostaria de ser separada da irmã, em caso de adoção: *“Já pensou se uma pessoa estranha chega e fala eu quero ficar com ela e a outra não, e aí levasse só minha irmã ou então só eu.”*

O assunto preferido da menina-artista era o seu dia-a-dia na escola e principalmente, os pretensos namorados que lá também estudavam. Ela enfatizava sempre que era uma boa aluna e que não gostava de “meninos burros”. Dizia ainda que era uma das meninas mais bonitas da escola e, por isso, era muito requisitada pelos meninos. Contou-nos que teve um namorado há alguns meses na escola, mas que o menino a teria trocado por outra colega o que a deixou muito irritada e ela revidou não o procurando mais. Segundo ela,

vários meninos a teriam a pedido em namoro, mas ela se limitou a dizer não a todos eles, porque nenhum atendia os pré-requisitos estabelecidos por ela: *“Eu não fico apaixonada por gente que é feia ou burra.”*

Em um de nossos encontros a menina-irmã relatou que as outras meninas da casa diziam que ela não “duraria” muito e que ela não entendia o significado desta expressão. Acreditamos que as meninas se referiam à virgindade da menina-artista. Também em um encontro, ela nos fez uma proposta de aposta, disse que até o final do ano não arrumaria outro namorado, que se preocuparia só com os estudos. Estávamos no mês de outubro e concordamos em levar a aposta adiante. A partir deste momento, todo encontro ela se lembrava de dizer que a aposta estava sendo levada a sério e que não perderia. Ao mesmo tempo em que falava muito de possíveis relacionamentos amorosos, contava que gostava de brincar de bonecas, o que demonstrava que ela ainda vivenciava sua infância: *“Adoro brincar de Barbie. Brinco sozinha mesmo, lá no quarto, dou banho nela, troco a roupa. É tão legal brincar de Barbie, parece que a gente volta a ser criancinha.”*

Sobre sua convivência na casa de acolhida, a menina-artista nos contou que aconteciam muitas brigas entre as meninas abrigadas e que, após a internação de sua irmã, passou a ter problemas com a menina com quem teve que dividir o quarto, antes ocupado por ela e a irmã. Segundo ela, a companheira de quarto era desorganizada e não ajudava nas atividades da casa, e nem mesmo do quarto que ficava sempre muito desarrumado, o que a incomodava. Além disso, certa vez, ela foi trancada no quarto propositalmente pela companheira,

tendo permanecido trancada lá por várias horas até que alguém abrisse a porta, o que tornou impossível sua convivência em harmonia com essa menina.

Contou ainda não considerar as meninas da casa suas amigas: *“com certeza não fiz as pazes com a menina do quarto, só nos falamos, mas não somos amigas. Aqui ninguém é minha amiga. Mas aqui tem as meninas que converso muito, mas não são minhas amigas, pra mim é tudo “cobra”. Mas convivo bem com elas.”* Em relação às funcionárias da casa, a menina-artista considerava ter um bom relacionamento com todas elas apesar de rotular algumas como “chatas”. Disse ter uma “tia” preferida, com quem podia contar sempre que fosse preciso.

A menina revelou que a vida no abrigo oscilava entre coisas boas e coisas ruins. Considerava bom ter um lugar onde pudesse comer e dormir, mas achava ruim ter que conviver com pessoas com quem não tinha afinidades:

Eu gosto mais ou menos. [...] A parte boa do abrigo é a comida, ter uma cama pra dormir e ter alguém pra bater todo dia. Mais ou menos por que aqui ta chato. Chato é você todo dia acordar no mesmo quarto, na mesma hora. Bom é tá todo dia com a família. Chato também por que você não vai a quase lugar nenhum. Eu gosto de ir ao shopping, na praia, no parquinho, na pedra da cebola, viajar [...] Aqui você sempre lembra olhando pra cara da mesma pessoa todo dia.”

Em nosso último encontro, a menina-artista nos revelou que sobre seu futuro ela vislumbra poder fazer muitas coisas: *“vou fazer faculdade...tenho de ser veterinária, bailarina, artista, professora, tanta coisa”*. E nos surpreendeu com uma de suas músicas que, segundo ela, foi feita em nossa homenagem:

Depende de quem você fala
Nunca guarde
Sempre se confesse

Eu estarei aqui para ouvir suas preces
No meu coração só resta você
Juliana vem contar os seus segredos
E liberta da sua mente
Uma mente linda
Juliana faça sua fé
Faça sua vida

6.3. A MENINA-IRMÃ

*Cada irmão é diferente.
Sozinho acoplado a outros sozinhos.
A linguagem sobe escadas, do mais moço,
ao mais velho e seu castelo de importância.
A linguagem desce escadas, do mais velho
ao mísero caçula.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Conhecemos a menina-irmã quando buscamos outra casa de acolhida para continuidade de nossa pesquisa, o Centro de Vivência III, localizado bem próximo ao Centro de Apoio Social à Adolescência em Santo Antônio, destinada a receber meninos de 12 a 18 anos e que só acolhe adolescentes do sexo feminino para atender o princípio do “não desmembramento de grupos de irmãos”, previsto no inciso V do Artigo 92 do ECRID²³. A menina era irmã de outros três meninos mais novos que ela abrigados, o que justificava seu acolhimento naquele espaço.

Ela nos foi indicada pela equipe técnica que considerou ser importante sua participação na pesquisa visto que ela, por ser a única menina da casa, tinha poucos espaços de escuta e não se sentia muito à vontade. Em um primeiro

²³ Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=espacosdeacolhida>

momento encontramos a menina-irmã para falar da nossa proposta de trabalho, quando também falamos de nossa experiência com as meninas da outra casa de acolhida em que trabalhamos. A menina-irmã disse que não teria muita coisa para nos contar, mas que aceitava participar de nosso trabalho e que, portanto, podíamos marcar um próximo encontro.

A adolescente estudava na parte da tarde e, pela manhã, em dois dias da semana ela fazia um curso de informática, e em outro ela frequentava uma instituição do bairro, também frequentada pelos outros meninos da casa, onde aprendia artesanato. Nossos encontros, então, foram adequados à sua agenda de atividades e, por isso, puderam acontecer apenas uma vez por semana.

A menina-irmã nos contou que sua família é de Governador Valadares, Minas Gerais, porém, ela é natural de Vitória. Seus três irmãos também acolhidos na casa são mais novos do que ela, dois menores de dez anos e o outro com treze anos. Esse último, segundo ela, é com quem mais se desentende, “brigam de tirar sangue”. Ela ainda tem outros quatro irmãos, sendo que desses, dois moram com a mãe, próximos à casa de acolhida, e os outros dois, uma irmã mais velha e outro irmão só por parte de pai, moram fora do município de Vitória.

Nossos encontros foram realizados no quarto da adolescente, visto que o espaço da casa era limitado: só contava com duas salas, uma de televisão sempre ocupada pelos meninos e outra, ocupada pela equipe técnica para desenvolver suas atividades. Por ser o quarto um espaço compartilhado com

dois de seus irmãos menores, nossos encontros foram interrompidos algumas vezes, pois as crianças entravam para buscar brinquedos ou outras coisas que necessitavam.

A menina-irmã, apesar de ter decidido participar de nossa pesquisa por vontade própria, iniciou as conversas timidamente. Falava pouco, respondia de forma monossilábica às perguntas feitas, e dava pouca continuidade aos assuntos iniciados. Ela nos contou que quando chegou à casa, era uma pessoa muito difícil, brigava com todo mundo, inclusive com os educadores sociais, mas que melhorou muito no decorrer desse ano. Ela comentou que tem a “língua afiada”²⁴, assim como uma de suas irmãs, e que ambas herdaram essa característica de uma avó. Por causa disso, já havia brigado com quase todos os educadores da casa:

[...] considero, mas quando vacilam, eu vacilo... gosto demais de um técnico, considero demais, mas uma vez ele chamou a minha atenção...aí eu peguei e gritei com ele, xinguei ele, fiquei uma semana sem conversar com ele... eu já desrespeitei todos da casa, menos um que é novo na casa...mas o resto, é porque assim..eu odeio que chama a minha atenção, se chamar a minha atenção, eu viro o bicho.

Sua dificuldade de convivência com os educadores da casa nos foi exemplificada por ela pelo relato de uma situação em que foi acusada injustamente por algo que não fez o que causou uma reação violenta de sua parte:

[...] acho que foi uma semana atrás, eu fui pra escola e meu horário de chegar em casa é 18h... eu cheguei 18h10...aí o tio falou que eu não tava na escola e meu irmão falou que eu tava na Prainha... pior que eu fui pra escola... mas ele não ligou pra confirmar... aí eu cheguei no portão, e ele já começou a falar que eu não fui pra escola e começou a gritar comigo. Aí eu peguei e xinguei ele... Aí eu fiquei de castigo por 2 dias... Se

²⁴ Língua afiada quer dizer que responde imediatamente quando chamam sua atenção, não se importando com o grau de autoridade da pessoa.

eu tivesse ficado calada, a culpa seria dele, que estaria me acusando de uma coisa que eu não fiz. Mas como eu tenho a língua muito afiada, eu não aguentei e xinguei... Aí quem ficou errada na história foi eu... quer dizer, os dois, mas, mais eu porque eu xinguei ele... Mas eu não gosto que me chame de mentirosa.”

Sobre o fato de se considerar parecida com sua avó, a menina-irmã relatou uma situação, em que ela e um de seus irmãos haviam batido na avó, a partir de uma brincadeira quando criança. “[...] *eu puxei minha vó. Minha vó era o demônio em forma de gente...eu já bati...nossa!...eu já bati na minha vó!*

“ Sobre o motivo dessa agressão, ela diz não saber:

Não lembro...foi brincando...eu e meu irmão...falei com meu irmão “vamo bater nela?” Peguei o chinelo, meu irmão pegou a correia e a gente bateu nela...mas eu acho que eu tinha uns 5 (anos), meu irmão tinha uns 4 [...] Foi legal...mas eu não sabia... minha vó me odeia, mas ela ama minha irmã.

Disse ter o gênio mais parecido com o da avó do que com os dos pais, os quais ela vê como submissos, incapazes de impor sua vontade:

Os únicos que não trava a língua é eu e minha irmã... puxamos a minha vó. Eu morei com a minha vó e minha irmã também... Ela fala mesmo...Ela não abaixa a cabeça. Meu pai e minha mãe já são diferentes. Eles abaixam a cabeça, eles podem ta certo, mas eles ficam calados. Eu não sou assim. Se eu to certa, eu to certa ... mas se eu to errada, aí eu fico calada. Aí eu escuto.

Sobre sua mãe a adolescente nos contou que a visita com certa frequência, mas que não sente vontade de voltar a morar com ela. Não sabe explicar o porquê disso, diz apenas que prefere ficar no abrigo. Perguntamos se é bom viver lá, ao que ela responde: “*Não tem hora que fica bom, não tem hora que fica ruim. Depende de como o dia tá...*” Perguntamos ainda como é a maior parte do tempo no abrigo, ao que ela responde: “*Mais momentos bons*”. Ainda sobre o abrigo em que ela vive atualmente, a menina-irmã considera: “*essa*

casa é mais fixa. Não é pra ser acolhido...” O que nos leva a pensar que ela percebe o abrigo como sua moradia de fato e não como um abrigo temporário. Além disso, ela demonstrou ter pouca, ou quase nula, expectativa em relação à possibilidade de sua reintegração familiar. Sobre seu pai, ela diz que não o vê há muito tempo e que também não sente vontade de morar com ele.

Ela nos contou que pensa em trabalhar, ter seu próprio dinheiro. Diz que pretende iniciar o curso de menor aprendiz, e que todas as crianças e adolescentes do abrigo têm muitas atividades diárias, enquanto ela tem muito tempo livre:

A que mais fica em casa dos adolescentes sou eu... P fica o dia todo fora, só ta em casa a noite...de segunda a sexta, sábado e domingo ele sai...R de segunda a sexta também, ele só ta em casa terça feira...não, segunda e quarta...só...então, eu sou a que tá mais folgada.

Apesar de fazer um curso de computação, ela demonstrou não ter interesse em atuar nessa área, disse que tem vontade de ser estilista. Contou-nos que essa vontade surgiu quando uma outra menina que passou pelo abrigo dizia que queria ser modelo e as duas, então, dividiam as funções: *“Não...é que a menina que tava aqui, ela queria ser modelo, aí eu queria ser estilista, aí ela desfilava e eu desenhava.”* Comentou ainda que preferia ser estilista porque não entendia muito sobre os acessórios que as modelos utilizam nos desfiles: *“É, por isso que eu quero desenhar roupa...Eu hein, a mulher desfilou ontem com um abajur na cabeça, nada a ver, ela vai sair na rua assim?”*

A adolescente comentou que não gosta de estudar, e que deseja muito trocar de escola porque a atual não é bem climatizada, no verão faz muito calor e no

inverno esfria muito, além do fato de todas as suas amigas terem saído de lá. Contou ainda que possivelmente será reprovada devido ao seu alto número de faltas, assim como aconteceu no ano anterior: “[...] *eu também faltava, eu ia na segunda, só ia dia de segunda, depois só ia na outra segunda, eu só ia pra escola quando não tinha nada pra fazer em casa...*” Apesar das faltas, considerava que nesse ano estava tendo um bom aproveitamento dos estudos pois no ano anterior havia se desentendido muito com os professores:

Esse ano foi bom, no outro não....Logo que eu cheguei lá eu era muito briguenta, muito bagunceira, eu gritava com o professor.[...] o outro ano, eu tinha acabado de entrar no abrigo, aí minha cabeça tava muito confusa, aí esse ano eu já tava fixa aqui, eu já tava bem. Foi logo quando chegou os meninos aqui, aí eu comecei a piorar...”

A possível reprovação escolar da adolescente foi informada à coordenação da casa pelos professores, porém, apesar de ser chamada a atenção por causa disso, ela demonstra não se importar. Falou que quando vai à escola, faz todo o dever que é solicitado, mas costuma faltar mesmo que não tenha motivos: “*É, só o que tá atrapalhando é a falta. Porque quando eu vou, eu faço o dever.*” Disse que no frio prefere ficar deitada do que ir à escola e comemora os dias em que não precisa ir à escola.

Sobre sua convivência com colegas na escola, nos relatou uma situação em que ela e outra adolescente se desentenderam e se agrediram muito fisicamente. Segundo a adolescente, não houve nenhuma intervenção de pessoas da escola para contê-las, somente de um guarda municipal que estava presente, e que na ocasião, ninguém da casa se surpreendeu com seus hematomas, pois todos conheciam o seu jeito “briguento”. Mas, disse que apesar de ter brigado com esta menina na escola, não costuma ter atritos com

meninas, pois prefere “bater” nos meninos: *“Ah na escola eu sou! Eu gosto de bater em homem, homem eu bato. Mulher eu abaixo a cabeça [...] Não sei mas eu sempre fui assim. Sempre gostei de bater em homem.”*

Ela considera ter um bom relacionamento com os meninos da casa e fala que o fato de ser a única menina naquele espaço a deixa numa situação privilegiada, apesar deles ficarem enciumados com essa situação. Disse que se aproveita da condição de ser mulher, pois entende que homem que bate em mulher é covarde e que, inclusive um dos meninos abrigados já tem dezoito anos e que pode ser preso se a agredir:

Ele é covarde, ele bate em mulher...aí eu não gosto dele...aí ele brigou com meu irmão e eu discuti com ele. Ah mas agora eu não abaixo a bola, porque eu tenho 16 anos, ele tem 18. Se ele encostar a mão em mim ele é preso. Por isso que eu não abaixo a bola, eu grito, eu ameaço.

Ainda sobre seu relacionamento com os meninos da casa ela nos contou que não aceita que eles batam em seus irmãos, e que quando isso acontece ela reage de forma a protegê-los. Nesse momento percebemos o cuidado dela em relação aos seus irmãos, pois apesar de se considerar “briguenta” e de se desentender com eles às vezes, por ser a mais velha, ela se coloca no lugar de protetora. Apesar disso, quando se desentende com o seu irmão de treze anos, ela o agride fisicamente: *“[...] brigar de bater...é brigar de tirar sangue [...] se ele quiser ele me quebra...mas ele não me bate. Ele fica com medo de me bater...”*

Ela se julga a mais bagunceira dos quatro irmãos e acredita que por isso ela deveria ser a mais repreendida pelos educadores, e que poderia até mesmo

apanhar por suas travessuras, pois considera que apenas a repreensão verbal não é suficiente para conte-la:

Então.eu não bato nos meus irmãos...Eles acham ruim, mas eu não bato. Eu preciso apanhar mais que eles [...] Porque eu sou mais atentada [...] Não...não adianta. Eu prefiro ser sincera. Não adianta...Eu posso fazer de conta que...mas quando vira as costas, eu faço tudo de novo.

Ela nos contou que nos fins de semana os meninos da casa costumam ir à praia, mas que ela não gosta de ir: *“eu não gosto de sair não, eu gosto de ficar em casa”*. Sua diversão predileta é utilizar o computador da casa para acesso a jogos e a redes sociais, por meio das quais conheceu uma menina, moradora do Rio de Janeiro com quem construiu uma grande amizade. Segundo a adolescente, essa amiga tem uma história muito parecida com a sua: *“[...] só muda o nome”*. Ela esclarece que o computador só é liberado pela equipe técnica da casa nos fins de semana, em horários fixos, e que ela e outros dois meninos se revezam para utilizá-lo, o que causa atritos entre eles.

A adolescente revelou ainda gostar de maquiagem, por isso guarda com ela um estojo com blush, sombra, batom, e que gosta de se maquiar pra ir a qualquer lugar, inclusive a escola. Também disse ser alérgica à produtos que tenham cheiro, como perfume, hidratante e outros produtos, mas que isso não a impede de continuar usando tais produtos. A menina-irmã revela vaidade e costumava se maquiar enquanto conversávamos no abrigo.

Sobre relacionamentos amorosos, a menina-irmã disse não sentir vontade de ter namorados, pois já teve alguns que lhes causaram muita raiva. De acordo com ela, um de seus namorados se envolveu com “coisa errada” e então ela

preferiu terminar o relacionamento. Disse que quando o encontra na rua fica triste porque sabe que ele escolheu um caminho errado:

Quero nada com esse muleque não...tá mexendo com coisa errada...nossa, eu vi ele segunda-feira, não tem quando você acaba de acordar feliz? 11h, aquele frio e você fica sabendo que não vai pra escola...aí ele tá com uma caixa de som e uns drogado cantando, aí eu passo feliz e dou de cara com aquilo...sabe, a minha felicidade foi la no chão...acabou com a minha felicidade, não tem?

Ela demonstra que se preocupa com ele, não porque ainda gosta dele, mas porque considera que o que ele faz é perigoso e demonstra também sentir pena da mãe do menino: *eu não to nem aí não de ele fazer coisa errada...a mãe dele que fica preocupada...aquele menino é sonso. É filhinho da mamãe.* Dessa forma, a menina-irmã revela que por enquanto não tem interesse em se relacionar com outros meninos, parece falar como se tivesse vivido muitas experiências ruins.

7. PALAVRAS FINAIS

*“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que
são inventadas”
(Manoel de Barros)*

A frase que nomeia o presente trabalho surgiu da percepção das histórias ouvidas por nós enquanto pesquisadoras. São histórias de vida de crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional há algum tempo, e apesar de seus inúmeros problemas, travam lutas diárias na busca por outros modos de existência, outros modos de sentir o mundo.

Esse trabalho não foi pensado como hipótese a ser buscada, como verdade a ser confirmada, mas sim como uma possibilidade de escuta diferenciada para a qual apostamos em encontros que pudessem ser permeados por “histórias tão verdadeiras que até parece que são inventadas”. Acreditamos que nossa escuta se deu de uma determinada forma, privilegiando as percepções das crianças e adolescentes sobre sua condição de abrigamento, relações familiares e suas expectativas em relação ao futuro. Mas sabemos que tantas outras escutas para esses relatos seriam possíveis. Nesse sentido, entendemos que não há uma única possibilidade de interpretação e, portanto, não há um único caminho para análise dessas histórias.

As casas de acolhimento são atravessadas por práticas e discursos, principalmente emitidos pelos chamados especialistas, que fortalecem construções subjetivas que se transformam em verdades absolutas. Foi a partir dessas construções subjetivas, que se produziu o modelo burguês de família nuclear fundamentado no saber higiênico, desqualificando, desta forma, outros

arranjos familiares, principalmente os de origem pobre, que não se enquadram neste modelo. De acordo com o ECRIAD, a falta de recursos financeiros não pode ser justificativa para a destituição do poder familiar, mas o que percebemos ainda hoje é que famílias pobres são classificadas como negligentes e descuidadas com seus filhos, o que pode culminar no abrigamento desses.

Acreditamos que as práticas hegemônicas produzem subjetividades que culpabilizam e responsabilizam essas famílias consideradas incapazes de criar seus filhos, dentro de um modelo burguês instituído. Subjetividades essas construídas na lógica do capitalismo neoliberal, ou seja, em uma sociedade que trata os sujeitos de formas diferenciadas, dependendo dos seus recursos materiais, e em que padrões burgueses são convencionalmente definidos como hegemônicos.

Muitas vezes essas verdades aprisionam a criança e o adolescente abrigados em construções subjetivas que os rotulam, estigmatizam e os caracterizam como inseguros, o que justificaria a sua necessidade de tutela. Porém, o que pudemos observar a partir dos relatos de crianças e adolescentes acolhidos, é que apesar da fragilização dos seus vínculos familiares anteriores, o acolhimento não impediu a formação de outras redes afetivas e resignificou instituições como família, escola e até mesmo o próprio futuro, criando outros modos de subjetivação:

[...] o que há é simplesmente uma *produção* de **subjetividade**. Não somente uma produção de subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da

subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa poderosa máquina capitalística produz, inclusive, aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos os campos. [...] Eu oporia a essa máquina de produção de subjetividade a ideia de que é possível desenvolver modos de **subjetivação** singulares, aquilo que poderíamos chamar de “processos de singularização”: uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e telecomando, recusá-los para construir modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular (grifo nosso GUATTARI e ROLNIK, 2010, p. 22).

Dessa forma, podemos depreender que o abrigo é atravessado por inúmeras forças, e que apesar da construção de subjetividades que despotencializam/vitimizam as crianças e adolescentes abrigados, há sempre espaços para invenção de outras formas de ser e de estar abrigado, formas que singularizam o sujeito, ainda de acordo com GUATTARI e ROLNIK “Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos”.

Nos nossos encontros com crianças e adolescentes abrigados, conhecemos sujeitos que não vivem em constante sofrimento, pelo contrário, vivem muitos momentos felizes dentro das casas de acolhimento e conseguem criar planos e expectativas em relação ao futuro, mesmo que não tenham seus vínculos familiares restabelecidos. A partir dos relatos das meninas cheias-de-histórias pudemos inferir a percepção de cada uma de nossas entrevistadas em relação à casa de acolhimento. A menina-mãe percebe o abrigo como um lugar de

proteção no momento em que se descobre grávida. A menina-artista entende que aquele lugar é passageiro na medida em que acredita que sua guarda será transferida para uma tia. Já a menina-irmã sente o abrigo como um lar, relatando não ter vontade de voltar a morar com a mãe, e nem mesmo com o pai. Não pretendemos fazer julgamento de valor no sentido de avaliar o que é melhor para as crianças e adolescentes acolhidos, nem pretendemos diminuir a importância dos vínculos familiares anteriores.

É importante destacar que as casas de acolhimento são equipamentos sociais com a função de garantia de direitos, inseridos em uma rede de políticas sociais destinadas à questão da proteção da criança e do adolescente. Mas é preciso lembrar que o abrigo ou acolhimento institucional deveria ser uma das últimas medidas protetivas a ser tomada diante da violação dos direitos das crianças e adolescentes, e também temporária na medida em que deveriam ser feitos esforços para reestabelecimento dos vínculos familiares.

Apesar de percebermos a casa de acolhida como parte integrante e fundamental de uma rede de política social de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, acreditamos que ainda há muito que se implementar do Estatuto da Criança e do Adolescente para que a convivência familiar e comunitária sejam de fato, efetivadas. É preciso produzir espaços em que a institucionalização de crianças e adolescentes não produza discursos e práticas que rotulem sujeitos como “problemáticos”, “anormais” ou “irregulares”, e que permitam a coexistência de diferenciações e singularizações, sem encaixar os sujeitos em modelos pré-estabelecidos.

Nesse sentido, novas práticas podem ser produzidas em relação às medidas protetivas, inviabilizando a reprodução de modelos asilares e estruturas em que a garantia de direitos não é efetivada. É preciso construir alianças e estratégias que tragam rupturas, mudanças nas práticas cotidianas dos equipamentos sociais de acolhimento, e também em tantos outros equipamentos que estão inseridos na rede da política social destinados à garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Não pretendemos com isso desqualificar correntes ou profissionais da Psicologia ou de quaisquer outras áreas inseridos nesses espaços, mas enquanto pesquisadora e também profissional da área psi consideramos importante apostar em um modo de fazer que não se pretende neutro, e sim inserido dentro de uma rede que se constitui de atravessamentos econômicos, sociais e culturais. Sabemos que essa rede se constrói pautada em uma política que não é partidária, mas sim ética, na medida em que desloca as questões do individual para o coletivo no qual estamos inseridos, colocando em análise as dicotomias que se produzem diariamente: indivíduo/sociedade, normal/anormal, saber/não-saber.

Podemos então apontar para outra prática profissional. Aquela que recusa os estados fixos, optando pelo movimento, pelo processo que, ao se fazer, produz, ativa, estabelece relações; “ao intervir, conhece”, ao intervir, produz saber. Ou melhor, intervenção e produção do conhecimento se fazem ao mesmo tempo. Não se trata de espontaneísmo, tampouco da aplicação de modelos ou de repetição do instituído. Desse modo, tal prática não propõe uma formação profissional em etapas evolutivas, com passos que vão do observar ao interagir e por último o atuar. É no fazer que se constroem as práticas profissionais. É se misturando ao cotidiano que se pode promover e potencializar os conflitos, enfim, a crise como

oportunidade para produzir novas análises e valorizar o coletivo nesse processo (NASCIMENTO e SCHEINVAR, 2010, p. 26)

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**: textos em história o. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARANTES, E. M. M.; NASCIMENTO, M. L. do; FONSECA, T. M. G. (org.). **Práticas PSI inventando a vida**. Niterói: EdUFF, 2007.

BARROS, M. de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Obras escolhidas, v.1)

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente e legislação congênere**. Vitória: Ministério Público, 2010, 10ª ed.

COELHO, D. C. G. **Lobo em pele de cordeiro**. Serra, ES: Formar, 2007.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser Jovem, ser pobre é ser perigoso? In: **Jovens, Revista de Estudos sobre juventud**. México, DF: n 22, ano 9, p. 338-355, jan/jun, 2005.

COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. do. (org.). **Pivetes: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2009.

COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M. Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da (in)competência. In: COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. do. (org.). **Pivetes: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2009.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2007, 6ª edição.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. 2ª edição revisada.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003, 3ª edição.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2010, 10ª edição.

LISPECTOR, C. Mineirinho. In MONTERO, T. (org.) **Clarice na cabeceira: crônicas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MACHADO, L. D. Ética. In: **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, p. 6-18, 1999.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950. In FREITAS, M. C. de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARQUES, A. E. A. et al. Mecânicas de exclusão no espaço do Juizado de Menores: reflexões acerca das práticas e discursos do comissário de vigilância. In: NASCIMENTO, M. L. do. (orgs.). **Pivetes: A produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NASCIMENTO, M. L. do. (org.). **Pivetes: A produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NASCIMENTO, M. L. do; SCHEINVAR, E. **Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão**. 2005: Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 5, n.2

NASCIMENTO, M. L. do.; SCHEINVAR, E. Crises e deslocamentos como potência. In: NASCIMENTO, M. L. do.; SCHEINVAR, E. (orgs.) **Intervenção socioanalítica em conselhos tutelares**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

NASCIMENTO, M. L. do.; CUNHA, F. L. da.; VICENTE, L. M. D. **A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza**. 2008. Psicologia Política

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. D. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, 2ª edição.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RIZZINI, I. (org.). **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. 2ª edição revisada.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. 2ª edição revisada.

SCHEINVAR, E. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: NASCIMENTO, M. L. do. (org.). **Pivetes: A produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

SCHEINVAR, E. **O feitiço da política pública: escola sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias Abandonadas: assistência à criança de amadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Papirus, 1999.

ZAMORA, M. H. (org.) **Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.